



Joaquim Nabuco e a Academia Brasileira de Letras

ALBERTO VENANCIO FILHO

Joaquim Nabuco e a Academia Brasileira de Letras

☞ (TEXTO REVISTO E AMPLIADO DA CONFERÊNCIA PRONUNCIADA NA SESSÃO SOLENE CONJUNTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO E DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, EM COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DE MORTE DE JOAQUIM NABUCO, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2010.)

ALBERTO VENANCIO FILHO

O centenário da morte de Joaquim Nabuco oferece oportunidade para o estudo de vários ângulos de sua destacada atuação e de sua excepcional personalidade. Entre esses ângulos se situa a posição de acadêmico, membro da Academia Brasileira de Letras.

Esta trajetória constitui objeto do presente estudo, com respaldo de uma documentação nem sempre abundante.

Com a Proclamação da República é cortada a sua carreira política, e ele se afasta da vida pública. O afastamento é total, pois logo não atende aos apelos dos conterrâneos para se candidatar ao Congresso Republicano, nem à adesão ostensiva a movimentos monarquistas.

Encontrava-se Joaquim Nabuco recém-casado, residindo em Paquetá no dia 15 de novembro, quando um amigo de barca veio anunciar a Proclamação da República. “A queda do Império”, diria Nabuco em *Minha*

Formação, “pusera fim à minha carreira... A causa monárquica devia ser o meu último contato com a política...”.

E escreveria:

“Em 1889 a 1890 estou todo sob a impressão do 15 de novembro seguindo-se ao 13 de maio. Em 1891 minha maior impressão é a morte do Imperador. De 1892 a 1893 há um intervalo: a religião afasta tudo mais, é o período da volta misteriosa, indefinível da fé, para mim uma verdadeira pomba do dilúvio universal, trazendo o rumo da vida renascente. De 1893 a 1895 sofro o abalo da Revolta, da morte de Saldanha de que saíram meus dois livros *Balmaceda* e *Intervenção*. Desde 1893, porém, o assunto que devia ser a grande devoção literária da minha vida, a Vida de meu pai tinha-se já se apossado de mim e devia seguidamente durante seis anos ocupar-me até absorver-me”.

E diria posteriormente:

“Eu já começo a ver a sombra do número nove. Já disse que os nove são novas fases da minha vida. É curioso lembrar 49 o nascimento, 59 o internato (a separação da casa), 69 o Recife, 79 o Parlamento, a Abolição em 88. O casamento e a queda da monarquia 89, 99, que será um nove sem mais nada, um zero nove”.

Em fins de 1890 parte para Londres, com o propósito de exercer a advocacia e fará com o mesmo propósito uma segunda viagem. Mas a atividade de advogado lhe está vedada, pois as empresas dependem do governo, e dele está afastado.

Em Londres publica “Agradecimento aos Pernambucanos” com resposta ao apelo para se candidatar ao Congresso e na volta colabora no

Jornal do Brasil recém-fundado por Rodolfo Dantas, seu grande amigo, mas logo em seguida deixa o periódico. Ao regressar da segunda viagem a Londres se ocupa de trabalhos literários e uma atividade frustrada, o exercício da advocacia.

Em sua casa se reúnem monarquistas, e lá é redigido em 1896 o *Manifesto da Nação Brasileira*, assinado entre outros por Lafayette, Andrade Figueira e Assis Figueiredo. Mas Nabuco se conserva alheio aos movimentos monarquistas. Ao apelo de Jaceguai pela Adesão à República, Nabuco responde em contrário com *O Dever dos Monarquistas*. No refúgio de Paquetá, na mansão da Rua Marquês de Olinda e em Petrópolis, se dedica a leituras e cogita dos futuros livros em gestação; na residência da Rua Marquês de Olinda, tendo como vizinhos João Alfredo e Soares Brandão, egressos da Monarquia, o grupo se reúne à noite para as conversas chamadas Noites de São Petersburgo, referência ao livro de Joseph Maistre.

Em 1893 começou a organizar o arquivo do pai, o Senador Nabuco de Araújo, a fim de escrever-lhe a biografia. A redação começa em 1894 e se conclui em 1896. A biografia é publicada em 1897.

No ano de fundação da *Revista Brasileira* (1895), Joaquim Nabuco estava assim num período de verdadeiro ostracismo: “dez anos de retraimento forçado”.

Neste ano Joaquim Nabuco era admitido como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e se empossa na sessão de 25 de outubro de 1896.

É curioso o tom saudosista do discurso, ao comentar os três motivos que fizeram aceitar a admissão. O primeiro foi o pesar que ficara dos trabalhos de pesquisa, ao escrever a vida do Senador Nabuco. Após compulsar os vários materiais acumulados durante 40 anos, diria:

“a abundância de documentos a respeito dele, não me fez senão ainda mais lastimar a perda dos arquivos de tantos homens nossos, arquivos que desapareceram de todo. Onde estão os papéis dos Andradas, de Feijó, de Olinda, de Vasconcelos, de Paraná e tantos outros, de quase todos os vultos de nossa história parlamentar? Ainda um filho, em que exista a preocupação do nome paterno, poderá por exceção, conservar os trabalhos e os documentos que ilustra aquele nome; na segunda geração, porém, espalham-se, perdem-se, vendidos em algum leilão obscuro, queimados ou varridos como inúteis”.

Sugeriu que se

“criassem lugares de conservadores da História Nacional, e que homens como o Sr. Capistrano de Abreu, por exemplo, e outros que pertencem ao vosso quadro, tivessem a missão de colher os espólios políticos ou literários de valor para o país e que se achassem o perigo de ser destruídos. O Instituto me parece o abrigo mais tranquilo e mais seguro a que se possa confiar tão precioso depósito”.

O segundo motivo era ainda mais revelador, “um motivo de piedade nacional”:

“Nossa história está atravessando uma crise que se pode resolver, quem sabe, por sua mutilação definitiva. Uma escola religiosa (se referia ao positivismo) – se se pode dar com propriedade o nome de religião a uma crença que suprime Deus –, mais política em todo caso do que religiosa, pretende reduzir a história nacional a três nomes: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamim Constant”.

E abstraindo-se de fazer um Brasil datar suas tradições somente da Independência diz: “Tomarei porém a trindade em si”. E continua:

“Não discuto o papel de Benjamim Constant, a quem aliás, incondicionalmente, pertence o título que lhe deu a Constituição de 24 de fevereiro de fundador da República. Não hoje, e sim dentro de 20 ou 50 anos, é que se poderá julgar a sua iniciativa, o 15 de novembro, do ponto de vista da humanidade, que é o da civilização geral do mundo”.

E acrescenta:

“Reconheço o direito que tem tanto Tiradentes, como José Bonifácio a mais plena glorificação dos brasileiros; não creio, todavia, que Tiradentes resuma em si todo o ingente esforço pela Independência brasileira, a ponto de absorver, para não falar dos outros, a glória dos heróis pernambucanos de 1817; e não acredito também que o concurso de José Bonifácio pese mais nas balanças da história do que o de Pedro I, cuja figura pretendem encobrir a dele, triste e ingrato papel mais de uma vez ele mesmo repeliu por lealdade patriótica”.

E continua:

“A ideia é que entre Tiradentes e José Bonifácio de um lado e Benjamin Constant do outro, isto é entre a Independência e a República, estende-se um longo deserto de quase setenta anos, a que posso dar o nome de deserto do esquecimento.

Digo somente aquilo que está em vossas consciências, senhores, não é um deserto esse espaço de mais de meio século”.

Tanto o Primeiro como o Segundo Reinado assinalam constante progresso material, intelectual e moral do nosso país:

“Não, senhores, não há de se dizer que foi uma época perdida para o desenvolvimento nacional essa de dois reinados em que cresceram as nossas instituições parlamentares, com a força, a estabilidade e a florescência próprias do crescimento natural”.

E concluiria o tópico:

“Não conheço mais belo episódio da instituição humana, do que esse que se pode escrever com duas datas, 7 de setembro de 1822 e 13 de maio de 1888. Não compreendo maior elogio para uma dinastia, do que poder afirmar que ela se preocupou mais com a dignidade dos seus concidadãos do que com a segurança do trono ...”

De Dom Pedro II diria:

“Há, porém, uma qualidade que ninguém se atreveu a negar ao Imperador: o seu ardente e quase exclusivo amor por este país. O Brasil teve para ele a força de um verdadeiro ideal de vida, isto é, a fascinação que a ciência tem para o sábio, a bandeira para o soldado, a cruz para o missionário”.

E ao finalizar: “Entrando para o vosso número não faço, senhores, se não conformar-me à vontade que o Imperador, se vivesse, me teria manifestado do exílio. Foi este o meu terceiro motivo”.

Na sessão de 15 de dezembro de 1898 faz no Instituto Histórico o elogio dos sócios falecidos Garcez Palha, Couto Magalhães, João Men-

des de Almeida, o Padre Belarmino de Souza, e entre eles o membro fundador da Academia Brasileira de Letras Pereira da Silva.

Ao analisar-lhe a obra, aponta que:

“essa nova fase da independência foi também a que mais fascinou a Pereira Silva, que se fez seu historiador e que por isso recebeu do seu tempo o título de historiador nacional. Com efeito, depois da morte de Varnhagen é ele quem arrecada essa grande herança jacente.

Dessa obra pode-se dizer que não há outro igual: quem não quiser recorrer a ela terá que possuir uma verdadeira biblioteca, porque ninguém mais escreveu a narração seguida de acontecimentos desde a independência até quase o fim da monarquia. Ele era somente um vulgarizador, mas um vulgarizador convicto; o que queria era ser lido pelo maior número; que a massa tivesse a mesma impressão que ele, as mesmas imagens que recebia ao manusear rapidamente o passado”.

Concluía:

“Sua vida foi assim utilíssima; que a massa tivesse a mesma impressão que ele; ele distribuiu o pão de história aos milhares; são poucos os que sabem mais do que ele nos ensinou; ele é o mestre das primeiras letras da nossa história constitucional. E quando teremos outro? Não será decerto tão cedo e até lá ele ficará sem competidor”.

No ano de admissão do Instituto surge a *Revista Brasileira*, origem da Academia Brasileira de Letras. José Veríssimo definia a característica da *Revista* naquele momento histórico:

“Este período é em nossa vida nacional de reorganização política e social. A *Revista Brasileira* não lhe pode ficar alheia e estranha. As questões constitucionais, jurídicas, econômicas, políticas e sociais, que nos ocupam e preocupam a todos, terão um lugar nas suas páginas republicanas, mas, profundamente liberal, aceita e admite todas as controvérsias que não se achem em completo antagonismo com a inspiração da sua direção. Em Política, em Filosofia, em Arte não pertence a nenhum partido, a nenhum sistema, a nenhuma escola. Pretende simplesmente ser uma tribuna onde todos que tenham alguma coisa que dizer e saibam dizê-lo possam livremente manifestar-se”.

A *Revista Brasileira* na nova fase dirigida por José Veríssimo surge como novo ambiente de convivência. Nessas reuniões se forma um grupo de intelectuais e com eles Nabuco passa a conviver diariamente. A *Revista* tinha um programa: “Em política, em filosofia, em arte, não pertencer a nenhum partido, a nenhum sistema e nenhuma escola”. É assim que pessoas de convivências políticas mais diversas puderam conviver na *Revista Brasileira* e mais tarde fundar a Academia Brasileira de Letras.

Pertenceu ao grupo da *Revista Brasileira* fundada por José Veríssimo, “cujo agasalho nunca [lhe] faltou”, na qual publicou os primeiros capítulos do livro *Um Estadista do Império*. Mas para colaborar na *Revista*, indagava a José Veríssimo: “até me alistar na sua *Revista* precisarei ver primeiro o que o senhor chama sua inspiração republicana”.

Na Academia iria predominar o puro aspecto literário e o espírito de tolerância nela deveria se prolongar, como expressava Graça Aranha.

“A *Revista Brasileira* teve o dom da tolerância e da concórdia. Nas suas páginas e nas suas salas uma verdadeira confraternidade espiri-

tual entre os homens os mais divergentes floresceu docemente. Era um encanto encontrarem-se ali monarquistas militantes como o Barão de Loreto, Taunay, Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, republicanos destemidos como Lúcio de Mendonça, socialistas como o dono da casa, anarquistas como o que foi por algum tempo sectário de Kropotkine e Elysée Réclus. A política não turbava aquele remanso literário. O que aí interessava era a literatura, e a esta Machado de Assis dava o mais expressivo cunho. Parece que nunca houve no Brasil até hoje um salão intelectual como o da *Revista Brasileira*. Ouvir Taunay contar, ou melhor, vê-lo ‘representar’ uma anedota pessoal, escutar o sussurro titubeante de Machado de Assis dissecando voluptuosamente um episódio da vida, encher-se da sonora harmonia de Nabuco, acompanhar os paradoxos de Araripe Júnior, assistir às ‘demolições’ de José Veríssimo, deliciar-se na música secreta e exaltada de Raimundo Correia, viver enfim naquele ambiente de entusiasmo sentimental e aí fundir a fé na cultura imorredoura com a esperança na glória, jamais houve neste país maior gozo espiritual para um jovem brasileiro”.

Os depoimentos a respeito desse episódio são unânimes:

“A redação da *Revista Brasileira* era na Travessa do Ouvidor, centro de reunião de uma grande e ilustre roda literária. Machado de Assis, Taunay, Joaquim Nabuco então no Rio, Silva Ramos, Lúcio de Mendonça, Graça Aranha, José Veríssimo, Inglês de Souza, João Ribeiro, Sousa Bandeira lá se encontravam sempre à tarde. Conversava-se muito e tomava-se chá. Taunay e Nabuco se consolavam das suas decepções políticas, os outros eram quase todos mais moços, cheios de aspirações, e Machado de Assis, sempre

constante na sua dedicação às letras, se comprazia de ter encontrado, pela primeira vez na sua vida, um grupo”.

No comentário de Rodrigo Otávio:

“Todas as tardes, na ampla sala da *Revista*, à Rua Nova do Ouvidor, hoje Sachet, se reunia, sob o pretexto de uma generosa xícara de chá, um seleto grupo de colaboradores dela, do qual faziam assídua parte Machado, Nabuco e Taunay. Estes dois últimos, homens do Império, na bancarrota de sua assinalada situação política, dentro da nostalgia das honras evaporadas, foi para as letras que se haviam voltado; e, no convívio dos moços escritores do tempo, buscaram um derivativo para sua decepção. E outros, novos e ardentes, participavam dessa companhia amável, a que presidia a graça peregrina de Machado”.

Do grupo da *Revista Brasileira* diria um dos participantes que não ingressou na Academia, Antônio Sales:

“Veríssimo, espírito céptico e mais do que isso libertário, oferecia com Aranha e Lúcio de Mendonça um contraste vivo com as mentalidades tradicionalistas e religiosas de Taunay e Nabuco. A palestra ganhava em interesse quando aparecia Inglês de Souza, profundo e discreto, analisando questões do dia, ou relembrando com Taunay, Nabuco e Jaceguai figuras e episódios do antigo regime”.

Coelho Neto, quando da doação do *Petit Trianon*, escreveu em 1923 um artigo “A Consagração da Academia” e relatou um retrospecto his-

tórico da instituição. Comparava as instalações precárias da *Revista Brasileira* com o brilho dos participantes: “o negrume do recinto contrastava com o brilho da palestra que ali se tratava. Se as ideias fulgissem e as imagens relumbrassem, certo não haveria em toda a cidade casa mais iluminada do que aquela”. E se referia aos “conceitos diamantinos de Machado de Assis, ao esplendor dos períodos de Nabuco, a cintilação do espírito de Lúcio e dos paradoxos relampejantes de Paula Ney”.

E Rodrigo Otávio apontou a presença dos dois grandes amigos, Nabuco e Taunay:

“Durante esse período de ostracismo, que durou dez anos, compôs Nabuco o melhor de sua produção literária. E, como não era então mais que um homem de letras, ia todas as tardes para a rodinha do salão da *Revista*. Também Taunay. Os dois, decaídos de sua brilhante posição política, curtiam as amarguras de um ostracismo que podia ser definitivo. Desfeito o círculo de seus antigos companheiros, lembraram-se de que eram escritores e o grupo da *Revista*, que era o da fina flor de nossa gente de letras, os acolheu com carinho. Eram dois temperamentos profundamente distintos. Nabuco mostrava certa tristeza na expressão, certa reserva na sua atitude melancólica, mas não perdeu a altivez do porte, superior, dominador, e o sorriso, quase permanente, que lhe aflorava aos lábios.

Taunay, ao contrário, era um desalentado. Toda sua expressão era de desconsolo manifesto e perene. Sentia-se-lhe a saudade da situação desfeita e ele mantinha sagrado o culto do Império. É preciso, entretanto, notar que Nabuco era robusto e são; Taunay estava doente. Ruía-lhe o organismo o mal tremendo da diabetes e ele, conhecedor do seu estado, amando a vida e tendo elementos para a fa-

zer valer, tinha nisso um novo motivo de desconsolo. Entre os dois, se Nabuco era mais eloquente e vivaz na conversa, com sua voz cheia e harmoniosa, Taunay era talvez mais interessante, na sua pequena vozinha, suavíssima, porém, monótona, pela variedade dos temas que versava, casos de guerra, histórias de viagens pelo interior do país, episódios governamentais e mesmo anedotas picantes, que Nabuco jamais seria capaz de contar. E o destino dos dois foi diverso. Nabuco deixou-se irresistivelmente levar pela tendência democrática de seu espírito e veio ainda a representar na vida pública do Brasil papel de notável e benemérito relevo; Taunay, depauperado pela enfermidade, foi definhando aos poucos”.

Graça Aranha destacava a presença de Nabuco no grupo da *Revista Brasileira*:

“A Academia, oriunda de um pacto entre espíritos amigos, hauriu nesta inspiração original a força intrínseca de que se mantém, e se vai transmitindo às gerações que se sucedem. Joaquim Nabuco foi para os seus confrades um desses admiráveis ‘amigos’ da Academia. Todos se sentiam desvanecidos da convivência desse homem extraordinário, que terminara as pugnas políticas em uma tão ofuscante auréola que o isolara das contingências da nova sociedade em formação no país. Em plena madureza, ainda moço, era venerado como um veterano herói. Tais eram a marcha acelerada em que ia o Brasil e a distância senhoril em que ficara Nabuco. Foi ele quem explicou a Academia à Nação e que lhe traçou o caminho a prosseguir. Na sua vida precária, sem pouso certo, sem meios, perseguida pela ironia, atacada pelo despeito, a Academia encontrou a sua resistência moral em Machado de Assis e Joaquim Nabuco, o par

glorioso que ela pusera à sua frente, e cuja assistência justificaria diante do público a sua aparição no nosso caos literário”.

Joaquim Nabuco foi um assíduo colaborador da *Revista*. O aparecimento das primeiras páginas do livro *Um Estadista do Império*, é saudado por Machado de Assis: “lamenta o crítico sagaz ter-se interrompido a carreira política de Joaquim Nabuco e por isso não se poder gravar no túmulo do Senador Nabuco palavras semelhantes às que foram escritas na sepultura de Chatham, ‘o pai de Mr. Pitt’”.

Machado comentava com Azeredo:

“Na sala da *Revista*, Rua Nova do Ouvidor, 31, costumamos reunir-nos alguns, entre 4 e 5 da tarde, para uma xícara de chá e conversação: os mais assíduos são o Graça Aranha, o Nabuco, o Araripe Júnior, o Taunay, o João Ribeiro, o Antônio Sales, e ultimamente o Tasso Fragoso. O José Veríssimo é da casa...”.

Seu nome constou sempre da lista dos futuros membros da Academia. Fundador da Cadeira 27 é eleito Secretário-Geral, exercendo o cargo até ausentar-se do país em missão no exterior, sendo substituído transitóriamente. Acompanhou então com interesse as atividades da Casa, sempre presente quando da eleição do novo confrade.

A diretoria é eleita em 4 de janeiro: Presidente Machado de Assis, Secretário-Geral Joaquim Nabuco e Tesoureiro Inglês de Sousa. Em outra sessão são eleitos Silva Ramos Primeiro-Secretário e Rodrigo Otávio Segundo-Secretário.

A inauguração da Academia estava prevista para o dia 3 de maio. Dificuldades de local adiaram a cerimônia para o dia 20 de julho.

A sessão inaugural da Academia realizou-se na sala do Pedagogium, na Rua do Passeio, n.º 82, prédio já demolido. O Pedagogium era um centro de aperfeiçoamento de professores, dirigido por Manuel Bonfim, e a sala fora cedida, a pedido de Medeiros e Albuquerque.

Machado de Assis comenta a sessão inaugural:

“Fez-se ontem a inauguração no Pedagogium e correu bem. Nem todos os membros aqui residentes compareceram à sessão, e grande parte, como sabe, reside no estrangeiro. A sessão inaugural constou de quatro palavras minhas abrindo a sessão, do relatório dos trabalhos preliminares, redigido pelo Rodrigo Otávio, e de um discurso de Joaquim Nabuco. Ambos houveram-se como era de esperar dos seus talentos”.

Mais tarde Machado diria do discurso de Nabuco “que há muitas ideias. Posso divergir de um outro conceito, mas a forma literária é primorosa”.

Nesta sessão Machado de Assis definiu de forma concisa e objetiva a Academia.

Declarava que assumindo o cargo de Presidente, pela consagração da idade: “se não sou mais velho dos nossos colegas, estou entre os mais velhos”. E dizia ser simbólico da instituição confiar à idade funções que mais de um espírito exerceria melhor. Apontava: “Não é preciso definir esta Instituição. Iniciada por um moço, aceita e completada por moços, a Academia nasce com alma nova, naturalmente ambiciosa”. Com a cautela de sempre Machado de Assis não apontava quem era o moço, mas evidentemente se tratava de Lúcio de Mendonça, que tivera a ideia da criação. Em seguida dava uma definição lapidar no clima conturbado do início da República: “O nosso desejo é conservar no meio da federação po-

lítica, a unidade literária. Tal obra exige, não só compreensão pública, mas ainda a nossa constância”.

Estava aí definido o espírito em que nascia a Academia, na existência de resquícios de movimentos monarquistas e de outro lado exacerbações republicanas. Daí provinha a necessidade da unidade literária, com receio de que o regime federativo que a Constituição de 1891 implantara pudesse quebrar a unidade nacional.

Mais adiante: “A Academia Francesa, pela qual esta modelou, sobreviveu aos acontecimentos de toda casta, as escolas literárias e as transformações civis. A vossa há de ter as mesmas funções de estabilidade e progresso”. Eis outro sentido lapidar que Machado de Assis definiu para caracterizar a nova instituição, as funções de estabilidade, mas ao mesmo tempo de progresso.

Falando da ideia dos patronos, declarava que “o batismo das Cadeiras com o nome dos patronos é indício de que a tradição era o seu primeiro voto da Casa. Cabe-vos fazer com que ele perdure”.

E concluía: “Passai aos vossos sucessores o pensamento e a vontade iniciais, para que eles os transmitam aos seus, a vossa obra seja contada entre as sólidas e importantes páginas de nossa vida brasileira”.

Na sessão de encerramento em 7 de dezembro de 1897, expunha o programa para o ano seguinte como obrigação regimental:

“Como a nossa ambição nestes meses de início é moderada e simples, convém que as promessas não sejam largas. Tudo irá devagar e com o tempo. Dentro do país achamos boa vontade e animação, que a imprensa tem nos agasalhado com palavras amigas, mas a vida desta primeira hora foi modesta, quase obscura”.

Ao antever certas objeções que devem ter surgido em relação à Academia, declarava:

“Nascida entre graves cuidados de ordem pública, a Academia Brasileira de Letras tem de ser o que são as associações análogas: uma torre de marfim onde se acolhem espíritos literários, com a única preocupação literária, de onde estendendo os olhos para todos os lados, vejam claro e quieto”.

Novamente nesse momento de indefinição Machado quis novamente definir o verdadeiro intuito e finalidade de instituição.

Indicava as tarefas a cumprir no próximo ano, andamento ao anuário bibliográfico, coligir os dados biográficos e literários, como subsídio para o dicionário biográfico nacional, e se for possível alguns elementos do vocabulário crítico dos brasilianismos entrados na língua portuguesa. E comentava: “São obras de fôlego, cuja importância não é preciso encarecer a vossos olhos. Pedem diuturnidade paciência. A constância, se alguma vez faltou a homens nossos, é virtude que não pode morar longe desta Casa literária”.

Declarava em seguida que

“a Academia, trabalhando pelo conhecimento desses fenômenos, buscará ser com o tempo, a guarda de nossa língua. Caber-lhe-á então defendê-la daquilo que não venha das formas legítimas – o novo e seus escritores não confundindo a moda que perece com o moderno que vivifica”.

E conclui: “As investigações a que nós vamos propor, esse recolher de leitura, não será um ofício brilhante e ruidoso, mas é útil e a utilidade é um título, ainda nas academias”.

O discurso de Joaquim Nabuco na sessão inaugural da Academia é bem mais extenso e pode ser analisado sob dois aspectos: o primeiro, em

relação às atividades da instituição, e outro, mais amplo, referente à função de escritor.

Lembra a permanência da instituição:

“A primeira condição de perpetuidade é a verossimilhança, e o que tentamos hoje é altamente inverossímil. Para realizar o inverossímil o meio heroico é sempre a fé; a homens de letras que se prestam a formar uma Academia não se pode pedir fé; só se deve esperar deles a boa-fé. A questão é se ela bastará para garantir a estabilidade de uma companhia exposta como esta a tantas causas de desânimo, de dispersão e de indiferentismo. Se a Academia florescer, os críticos deste fim de século terão razão em ver nisso um milagre; terá sido com efeito um extraordinário enxerto, uma verdadeira maravilha de cruzamento literário”.

Examina a escolha dos membros, feita pelos próprios em número de quarenta, com o símile da Academia Francesa, escolha quase forçada, pois tinha a medida do prestígio simbólico das grandes tradições. E acrescentava: “não tomamos à França todo o sistema decimal? Podíamos bem tomar-lhe o metro acadêmico”. E com cautela diria: “Nós somos quarenta, mas não aspiramos a ser os Quarenta”.

A própria escolha não poderia ser evitada:

“Nenhum de nós lembrou o próprio nome, todos fomos chamados e chamamos a quem nos chamou. Houve uma boa razão para nos reunirmos ao convite do Sr. Lúcio de Mendonça; é que exceto essa, só havia outra forma de apresentação, era a oficial. Esta não seria decerto a mais inspirada, e não poderia ser tão ampla a nomeação por decreto, enquanto uma eleição pública havia de ressentir-se

da cor local. De qualquer modo que se formasse a série dos primitivos, a origem seria imperfeita; resultariam iguais injustiças. Não temos de que nos afligir: todas as Academias nasceram assim. Quem nos lançará em rosto o nosso nascimento, se fizermos alguma coisa; se justificarmos a nossa existência; criando para nós mesmos uma função necessária e desempenhando-a?”.

Mas aponta:

“nós, os primeiros, seremos os únicos acadêmicos que não tiveram mérito em sê-lo, quase todos entramos por indicação singular, poucos foram eleitos pela Academia ainda incompleta, e nessas escolhas, cada um de nós, como que teve em vista corrigir a sua elevação isolada, completar a distinção que recebera; só dora em diante, depois de termos uma regra, tradição e emulação em torno de nós, o interesse, a fiscalização da opinião, a consagração é que a escolha poderá parecer um plebiscito literário. Nós de fato constituímos um primeiro eleitorado”.

E assinala à proporção de ausentes

“a Europa sempre exerceu, sobre a imaginação dos nossos homens de letras, uma atração perigosa. Houve, talvez, tempo em que Magalhães, Gonçalves Dias, Porto Alegre, Odorico Mendes, João Francisco Lisboa, Salles Torres Homem, Maciel Monteiro, Gomes de Souza, Varnhagen, Joaquim Caetano, Pereira da Silva poderiam ter formado uma Academia Brasileira em Paris. Isso vinha lá de trás e continua hoje com a mesma força. Bem poucos homens de letras que recusariam a qualquer tempo um desterro para longe do país.

Como quer que seja, foi preciso contar com essa migração certa do talento nacional, com esse tributo que ele pagou sempre a Paris”.

E quanto à proporção de velhos e jovens:

“Havia também que atender à representação igual dos antigos e os modernos. Uma censura não nos hão de fazer, sermos um gabinete de antigualhas. A Academia está dividida ao meio, entre os que vão e os que vêm chegando; os velhos, aliás sem velhice, e os novos; os dois séculos estão bem acentuados, e se algum predomina é o que entra; o século XX tem mais representação entre nós do que o século XIX. Quanto a mim, já tomei o meu partido... Uma vez me pronunciei entre os dois e como o fiz no livro de uma jovem senhora do nosso patriciado, pedir-lhe-ia licença para reproduzir, creio que nos mesmos termos, essa minha última profissão de fé. ‘Nascido, dizia eu, em uma época de transição, prefiro em tudo, arte, política, religião, ligar-me ao passado que ameaça ruína do que ao futuro que ainda não tem forma. Eu não sou o poeta do quadro de Gleyre, vendo a barca das ilusões perdidas, dourada pelo crepúsculo da tarde, e abismado no seu próprio isolamento’”.

E tratava do tema de tradição na escolha dos patronos:

“As Academias, como tantas outras, precisam de antiguidade. Uma Academia nova é como religião sem mistérios, falta-lhe solemnidade. A nossa principal função não poderá ser preenchida senão muito tempo depois de nós, na terceira ou quarta dinastia de nossos sucessores. Não tendo antiguidade, tivemos que imitá-la e escolhemos nossos antepassados. Escolhemo-los por motivo, cada um

de nós, pessoal, sem querermos, eu acredito, significar que o patrono na sua Cadeira seja o maior vulto das nossas letras”.

E em seguida:

“A lista das nossas escolhas há de ser analisada como um curioso documento autobiográfico; está aí o sentido da minha. Entretanto, como nenhum de nós preocupou-se de escolher a maior figura de nossas letras, pode ser que algumas delas não figurem nesse quadro. Teremos meio de reparar essa falta com homenagens especiais”.

E apontava os nomes que deveriam preencher as cinco Cadeiras restantes:

“Alexandre de Gusmão, Antônio José, Santa Rita Durão, São Carlos, Monte-Alverne, José da Silva Lisboa, Porto-Alegre, Sales Torres-Homem, José Bonifácio, o avô e o neto”, este escolhido por Medeiros e Albuquerque, “Antônio Carlos, J. J. da Rocha, Odorico Mendes, Ferreira de Menezes”.

E explicava a escolha dos nomes: “A nossa lista de nomes parece representar o que as nossas letras possuem de mais distinto”. O artigo 23 do Regimento determinava que “cada acadêmico escolhesse para a sua Cadeira o nome de um vulto da literatura nacional”. No comentário de Rodrigo Otávio no relatório do primeiro ano, “reunindo assim, sob o mesmo teto, a veneração respeitosa pelos homens ilustres que engrandeceram a nossa história literária, num esforço fecundo dos que presentemente procuram engrandecê-lo ainda mais”.

A proposta deixava a critério do novo acadêmico a escolha do patrono. Nabuco era de opinião que os patronos deveriam ser escolhidos por motivo pessoal, sem querer significar que o patrono devesse ser o maior

vulto de nossas letras. Assim, escolheu a figura de Maciel Monteiro por pernambucanismo.

E menciona o patrono, escolha controvertida: “Foi assim, pelo menos, que eu escolhi a Maciel Monteiro. Nesse misto de médico poeta, de orador diplomata, de *dandy* que vem a morrer de amor, elegi o pernambucano”.

No comentário de Graça Aranha, Nabuco quis honrar o pernambucano, que enaltecera em outro discurso:

“O molde desses senhores de engenho que no século XVII como no século XVIII e no começo deste século davam quanto possuíam, terra, escravos, sangue, filhos, para as lutas em que o amor próprio pernambucano estava empenhado: teria ficado e ter-se-ia, talvez podido fixar como um traço permanente da raça essa nuance que encontrareis em Maciel Monteiro, em Boa Vista, em Nunes Machado, nos Cavalcanti, no Marquês de Recife, em Feitosa, como entre o povo, essa mistura de cavalheirismo e refinamento, a mesma no poeta ou no orador, no militar ou no administrador, no tribuno ou no jornalista, no morgado ou no sertanejo... Não há, porém, sociedade que possa resistir à destruição constante de toda a sua flor, à cessão a outras paragens de tudo em que ela se revê com orgulho e amor. Como constituir um povo escolhido se é a escolha mesmo do que ele tem de melhor que lhe é constantemente roubado? A combinação, o matiz, do antigo pernambucano, a sua fórmula mereciam ser conservadas; alguns de seus traços, são de uma delicadeza rara, de uma fidalguia incomparável... Estudai Nunes Machado, ou Feitosa, ou Suassuna, ou Sebastião do Rego, tantos outros, qualquer e não vos consolareis como eu. Como produzir essa cristalização perfeita”.

Wanderley do Pinho lembra que “Nabuco parecia insinuar ser o Barão de Itamaracá o seu paradigma ao escolhê-lo para patrono da Cadeira que ocupava na Academia Brasileira”. E apontava as semelhanças: “ambos de Pernambuco. Ambos poetas e escritores, ambos parlamentares, diplomatas, ousados nas modas”. Recordava também, o platônico entusiasta que foi Maciel Monteiro diante das atrizes, com a réplica anos depois de Joaquim Nabuco, em sua calorosa solicitude a Sarah Bernhardt”.

No volume *Poesias* de Maciel Monteiro, publicadas em 1962 pela Comissão de Literatura do Conselho Estadual de Cultura de São Paulo, José Aderaldo Castelo faz um estudo em profundidade dessa obra poética, demonstrando ele ter sido um poeta de transição, misturando tratamento temático tradicionalista com romântico, mas com ênfase na exaltação da mulher como no soneto “Formosa”, com o famoso verso inicial “Formosa qual pincel em tela fina”. O estudo confirma que, se Maciel Monteiro não foi um dos grandes poetas de seu tempo, como conclui José Aderaldo Castelo, mas “torna-se em face do momento de definição do romantismo brasileiro, um dos mais nacionais dos primeiros poetas, e além disso, independentemente em face do Gonçalves Magalhães, Porto Alegre, Sales Torres-Homem e outros, além de Gonçalves Dias.

Para Eduardo Portella a escolha do patrono recaiu

“na personalidade prismática do seu conterrâneo Maciel Monteiro (1804-1868); encarnação fidedigna da mitologia romântica, precocemente cindida entre o trabalho e o lazer, a cumplicidade e a recusa, que o dandismo literário por ele cultivado conseguiu representar, nos termos do protocolo burguês então vigente”.

José Veríssimo criticava a escolha de Maciel Monteiro:

“Não foi senão um trovador de salão, caro às damas que se picavam de aristocracia e de espírito, um poeta retardatário que ainda compunha glosas, versejava em álbuns de senhores e improvisava com facilidade – gênero de talento muito prezado dos nossos avôs, mas hoje justamente desacreditado”.

A devoção de Nabuco por Maciel Monteiro permaneceu, pois em 1905 indaga de Arthur Orlando: “Diga-me. Não se poderá ler a obra literária de Maciel Monteiro coligida? Pernambuco devia-lhe bem isso se o atual Governador (Segismundo Gonçalves) há de ser simpático à ideia. Nela poderiam ser incluídos os discursos. E a correspondência onde estará? Dos tempos da diplomacia não haveria nada a apurar em Lisboa?

Em seguida a teoria dos expoentes:

“Algumas das nossas individualidades mais salientes dos estudos morais e políticos, do jornalismo e na ciência, deixaram de ser lembradas ... A literatura quer que as ciências ainda mais altas, lhe dê a parte que lhe pertence em todo domínio da forma. Outros nomes, estes literários, estão ausentes, alguns, porém renunciaram às letras. Devo dizer que compreendendo a omissão destes, a uma Academia importa mais elevar o culto das letras, o valor do esforço, do que realçar o talento e a obra do escritor”.

Apontando para a diversidade de figuras, ao percorreres a nossa lista, “vereis nela a reunião de todos os temperamentos literários conhecidos. Em qualquer gênero de cultura somos um México intelectual; temos a *tierra caliente*, a *tierra templada* e a *tierra fria* ...”.

Voltava-se para o futuro da Casa:

“A utilidade desta companhia, será, a meu ver, tanto maior quanto for um resultado da aproximação, ou melhor, do encontro em direção oposta, desses ideais contrários, a trégua de prevenções recíprocas em nome de uma admiração comum, e até, é preciso esperá-lo, de um apreço mútuo”.

E acentuando a responsabilidade do escritor:

“Porque, senhores, qual é o princípio vital literário que precisamos criar por meio desta Academia, como se compõe a matéria orgânica em laboratórios de química? É a responsabilidade do escritor, a consciência dos seus deveres para com sua inteligência, o dever superior da perfeição, o desprezo da reputação pela obra. Acreditais que um tal princípio limite em nada a espontaneidade do gênio? Não, o que faz é somente impor maiores obrigações ao talento. A responsabilidade não pode ameaçar nenhuma independência, coarctar nenhuma ousadia; é dela, pelo contrário, que saem todas as nobres audácias, todas as grandes rebeldias. Em França a Academia reina pelo prestígio de sua tradição; exerce sua influência pela escolha, pela convivência e pelo tom; mantém um estilo acadêmico, como toda a arte francesa, convencional, acabado, perfeito. Nós não temos por missão produzir esse estilo, o qual, como toda concepção intelectual, escapa à vontade e ao propósito, pode ser guardado e cultivado, mas não pode ser criado, obedece a leis de cristalização de cada idioma, à simetria de cada gênio nacional. Nós pretendemos somente defender as fontes do gênio, da poesia e da arte, que estão quase todas no prestígio, ou antes na dignidade da profes-

são literária [...] Não tenhamos tanto ciúme do gênio, o gênio há de revelar-se de qualquer modo; ele faz a sua própria lei, cria o seu próprio berço, esconde o seu nascimento, como Júpiter infante, no meio dos seus coribantes”.

E expõe:

“Basta essa curta história de nossa formação para se ver que não podemos fazer o mal atribuído às Academias pelos que não querem na literatura uma sombra da mais leve tutela, do mais frouxo vínculo, do mais insignificante compromisso. É um anacronismo reear hoje para as Academias o papel que elas tiveram em outros tempos, mas se aquele papel fosse ainda possível, nós teríamos sido organizados para não o podermos exercer”.

E em frase lapidar: “Eu confio que sentiremos todo o prazer de concordarmos em discordar; essa desinteligência essencial é a condição da nossa utilidade, o que nos preservará da uniformidade acadêmica”. E explicava:

“Mas o desacordo tem também o seu limite, sem o que começaríamos logo por uma dissidência. A melhor garantia da liberdade e independência intelectual é estarem unidos no mesmo espírito de tolerância os que veem as coisas d’arte e poesia de pontos de vista opostos. Para não podermos fazer nenhum mal basta isso; para fazermos algum bem é preciso que tenhamos algum objetivo comum. Não haverá nada comum entre nós? Há uma coisa: é a nossa própria evolução; partimos de pontos opostos para pontos opostos, mas como astros que nascessem uns a leste e outros a oeste, temos

que percorrer o mesmo círculo, somente em sentido inverso. Há assim de comum para nós o ciclo, o meio social que curva os mais rebeldes e funde os mais refratários; há os interstícios do papel, da característica, do grupo e filiação literária, de cada um há a boa fé invencível do verdadeiro talento. A utilidade desta companhia será, a meu ver, tanto maior quanto for um resultado de aproximação, ou melhor, de encontro em direção oposta, desses ideais contrários, a trégua de prevenções recíprocas em nome de uma admiração e até é preciso esperá-lo de um apreço mínimo”.

Nabuco fala do convívio com os jovens e procura resgatar a tristeza do ostracismo:

“Além da deferência devida à companhia a que me faziam pertencer, confesso-vos que aceitei a honra que me foi feita, atraído pelo prazer de me sentir ao lado da nova geração. Cedi também, devo dizer-vos, à necessidade que sente de atividade, de renovação um espírito muito tempo ocupado na política e que de boa fé acredita ter voltado às letras”.

E completa:

“Disse-vos, porém, que vim seduzido do contato, ou quisera que pudesse dizer, o contágio dos jovens. Como as diferentes idades da vida, se compreendem mal umas as outras, é a observação que vou fazendo na medida que caminho. Asseguro-vos que não suspeitava do que é a vista da mocidade tomada de outra margem da vida. Os que envelhecem não compreendem mais o valor das ilusões que perderam; os jovens não dão valor à experiência que ainda não a

tem. Há dois climas na vida, o passado e o futuro. A Academia, como o nobre romano, tem a sua vila dividida em casa de verão e casa de inverno. Podeis habitar uma ou outra, conforme o vento soprar. Eu diria somente a todos os novos espíritos ambiciosos de abrir caminho para a glória; não receiem a concorrência dos mais velhos, sejam jovens e hão de romper tão naturalmente, como os rebentos da primavera rompem a casca da árvore rugosa. Basta a mocidade, se for verdadeiramente a vossa própria mocidade que expressardes para vos dar o nome”.

E fixando a posição da política:

“Na Academia estamos certos de não encontrar a política. Eu sei bem que a política, ou tomando-a em sua forma a mais pura, o espírito público, é inseparável de todas as grandes obras: a política dos Faraós reflete-se nas pirâmides tanto quanto a política ateniense no Partenon; o gênio católico da Idade Média está na *Divina Comédia*, como o gênio protestante do Protetorado está no *Paraíso Perdido*, como o gênio da França monárquica está na literatura e no estilo dos séculos XVII e XVIII [...]

Nós não pretendemos matar no literato, no artista, o patriota, porque sem a pátria, sem a nação, não há escritor, e com ela há forçosamente o político. Até hoje, apesar do cristianismo, que trouxe o sentimento de uma comunhão mais vasta, o gênio nada fez fora da pátria ou, pelo menos, contra a pátria. A pátria e a religião são em certo sentido cativeiros irresgatáveis para a imaginação, condições do *fiat* intelectual. A política, isto é, o sentimento do perigo e da glória, da grandeza ou da queda do país, é uma fonte de inspiração de que se ressentem em cada povo a literatura toda de uma época,

mas para a política pertencer à literatura e entrar na Academia é preciso que ela não seja o seu próprio objeto; que desapareça na criação que produziu, como o mercúrio nos amálgamas de outro e prata. Só assim não seríamos um parlamento”.

Tecendo outras considerações menciona a leitura feita na Biblioteca de Buenos Aires de páginas assinadas por Bartolomeu Mitre, “a quem sinceramente admiro” expondo a ideia de que a literatura hispano-americana ainda não produzira um livro. “Que livro”, diz ele, “se tomaria para uma viagem” – e Nabuco acrescentaria para o exílio:

“Senhores, hoje nenhum de nós se contentaria com um livro; um livro em poucos dias está lido e não gostaríamos de reler – para uma viagem precisamos levar uma biblioteca [...]

Nós podemos compreender-nos na sentença de Mitre; não tivemos ainda o nosso livro nacional, ainda que eu pense que a alma brasileira está definida, limitada e expressa nas obras de seus escritores, somente não está toda em um livro. Esse livro, um exator hábil, podia, porém, tirá-lo de nossa literatura. O que é essencial está na nossa poesia e em nosso romance”.

Não se poderá cogitar de que o livro cogitado por Nabuco inspirado por Mitre não estaria já em gestação, na descrição dos episódios da guerra de Canudos e que se tornaria *Os Sertões*?

E acrescentava:

“Temos pressa de acabar. Estamos todos eletrizados, não passamos de condutores elétricos, e o jornalismo é a bateria que nos faz passar para os nossos corações essa corrente contínua ... Se fôssemos somente

condutores, não haveria mal nisso, que sofrem os cabos submarinos? Nós, porém, somos fios dotados de uma consciência que não deixa a corrente passar despercebida de ponta a ponta e nos receber em toda a extensão da linha o choque constante dessas transmissões universais”.

Discutindo o problema da unidade literária com Portugal, afirma com convicção Nabuco:

“Julguei sempre estéril a tentativa de criarmos uma literatura sobre tradições de raças que não tiveram nenhuma; sempre pensei que literatura brasileira tinha que ser principalmente do nosso fundo europeu. Julgo outra utopia pensarmos em que nos haverá de desenvolver literariamente, no mesmo sentido que Portugal ou conjuntamente com ele em tudo que não dependa do gênio da língua. O fato é que falando a mesma língua, Portugal e Brasil tem de futuro destinos literários profundamente divididos como são os seus destinos nacionais. Querer a unidade em tais condições seria um esforço perdido.

Portugal, decerto, nunca tomaria nada essencial ao Brasil e a verdade é que ele tem muito pouco de primeira mão que lhe queiramos tomas. Uns e outros nos fornecemos de ideias, de estilo, de erudição, nos fabricantes de Paris, Londres ou Berlim [...]

A língua é um instrumento de ideias que pode e deve ter uma fidelidade relativa nesse ponto. Tudo precisamos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagraram em Portugal, à pureza de nosso idioma, a conservar formas genuínas, características da lapidarias da sua grande época.

Nesse sentido nunca virá o dia em que Herculano, Garrett e seus sucessores deixem de ter a vassalagem brasileira”.

E na conclusão:

“A formação da Academia de Letras é a afirmação de que literária como politicamente, somos uma nação que tem o seu destino, seu caráter distinto, que só pode ser atingida por si mesma, desenvolvendo sua originalidade com seus recursos próprios, só querendo, só aspirando à glória que possa vir de seu destino”.

No diário de Nabuco há uma referência lacônica do dia 20 de julho: “Todo o dia no discurso inauguração da Academia Brasileira de Letras; pronuncio o discurso inaugural”. E no dia seguinte: “corrigindo o discurso de posse que dou à *Revista Brasileira*”.

Sobre este discurso há quatro comentários significativos.

Manoel Bandeira indicaria que: “o discurso de Nabuco foi uma página deliciosa, aguda e elegantíssima, temperada do mais fino humor”.

Para Luiz Viana Filho:

“O discurso, no qual traçou a história e os ideais da instituição, foi entremeado por algumas confissões. Batido pelo temporal, ele se recolhera à torre de marfim, e daí, meditativo, pudera divisar a existência de um novo ângulo, descobrindo aspectos que haviam sido imperceptíveis nos dias de triunfo”.

E se reporta a outro trecho do discurso:

“Os que envelhecem não compreendem mais o valor das ilusões que perderam; os jovens não dão valor à experiência que ainda não tem”. A estes, no entanto, tranquilizou: “não receiem a concorrência dos mais velhos: sejam jovens e hão de romper tão naturalmente como os rebentos da primavera rompem a casca da árvore enregelada”.

Comenta Luís Viana Filho:

“Sim, Nabuco envelhecia. Embora com menos de cinquenta anos os sulcos colocados pelo Tempo nos dias rudes de ostracismo eram profundos. Os cabelos, com aquelas ondas que lembram uma ‘invisível tempestade’, embranqueceram inteiramente. É a coroa de neve no cimo do vulcão quase extinto”.

Levi Carneiro, falando na Academia na sessão de 15 de agosto de 1949, comemorativa do centenário de nascimento, assim definiu o discurso:

“Sua oração inaugural, modelar na forma e no fundo, tão atual hoje como no dia em que foi proferida, tornou-se manancial inesaurível em que, há meio século, gerações sucessivas de acadêmicos haurem alento e inspiração.

Por uma coincidência propícia, pode supor-se que, na condição em que a esse tempo se achava, afastado da vida pública, fiel à monarquia sem se adaptar à mentalidade dominante nas rodas monárquicas – Nabuco precisava da Academia, de uma ‘casa de boa companhia’, na expressão de Machado de Assis, que lhe fosse refúgio tranquilo, com ambiente adequado à expansão da sua constante e irreprimível vibração espiritual. Ele próprio diria que cederia ‘a necessidade, que sente, de atividade, de renovação, um espírito muito tempo ocupado na política e que de boa-fé acredita ter voltado às letras”.

Levi Carneiro acrescentaria:

“Todavia, somente Joaquim Nabuco, aliando à condição de homem de letras de Machado de Assis, às preocupações políticas de

Lúcio de Mendonça, definiu o sentido da Academia, fixou-lhe os objetivos, marcou-lhe o rumo da trajetória, transfundiu-lhe suas preocupações de arte e de patriotismo impregnado de humanismo. Era ele predestinado para essa obra luminosa, que reclamava, a par do espírito literário, espírito político. Sem isso, a iniciativa de Lúcio de Mendonça, como tantas outras similares, talvez tivesse curta duração. Nabuco deu-lhe longevidade, que reconheceu imprescindível, votando-a a uma tarefa eterna, para que se reuniram velhos e novos, com o ‘mesmo espírito de tolerância os que veem as coisas de arte e de poesia de pontos de vista opostos’, sem ‘matar no literato, no artista – o patriota’, defendendo ‘as fontes do gênio, da poesia e da arte, que estão, quase todas, no prestígio, ou antes na dignidade da profissão literária’, contribuindo para a ‘uniformidade da língua escrita’, apesar da profunda separação dos destinos literários de Portugal e do Brasil. Em suma, fez da Academia, uma nova, imprevista, oportuna afirmação do destino e do caráter, independentes, literária e politicamente, do Brasil”.

Wilson Martins examinou no seu momento histórico a criação da Academia:

“Em 1897, marca o início de um período em que a consciência nacional se revela na fundação da Academia Brasileira de Letras, cujo discurso de instalação é proferido por Machado de Assis a 20 de julho daquele ano. Interpretando, com certeza, o consenso dos seus amigos e confrades, dizia ele, num eco indireto, mas evidente e inegável, das tormentas políticas e militares daqueles dias: ‘O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária’”.

Era o que dizia, por outras palavras, exprimindo as mesmas preocupações pontos de vista idênticos, o Secretário perpétuo Joaquim Nabuco:

“Na Academia estamos certos de não encontrar a política. Em face de tantas dissidências, divergências, ódios mal contidos, ressentimentos, ímpetos de vingança, os brasileiros buscavam instintivamente, como na *Revista* de José Veríssimo, um ponto de encontro em que pudessem dialogar, não *apesar*, mas *por causa* das suas discordâncias – mesmo em literatura, mesmo sob a cúpula academizante do grande salão literário”.

Joaquim Nabuco foi assíduo às sessões a partir de 1897, embora no período inicial não fossem elas muito frequentes. Até 1899 das vinte e três sessões ele falta apenas a seis sessões, a primeira na segunda sessão preparatória de 23 de dezembro, uma em 1897, outras duas em 1898 e a última que comparece em 30 de novembro de 1898. As atas eram extremamente sucintas e não há registro de sua participação em plenário. Na sessão de 21 de junho de 1899, o Presidente Machado de Assis anuncia que “o Sr. Joaquim Nabuco, Secretário-Geral, se retira para a Europa em missão do Governo, a qual o deverá apartar por alguns anos dos trabalhos acadêmicos”, sendo eleito para substituí-lo no cargo de Secretário-Geral, Medeiros e Albuquerque.

Passando a residir no exterior, Nabuco nunca mais frequentará a Academia, só vindo ao Brasil em 1906, quando da Conferência Pan-americana, mas se conservava sempre interessado nas atividades da Casa, e sempre opinando nas eleições.

No ano da fundação, Nabuco se manifestava de forma irônica sobre os literatos, em cara a José Carlos Rodrigues:

“Desde a fundação [...] penso que você como um *representative man* de nossa intelectualidade, da maisalta, deveria ser da Academia. Havia então uma concepção acanhada da inteligência que fazia preferir as forças intelectuais poderosas, pequenos e insignificantes fios de pensamentos somente porque deslizam por areias e pedras mais ou menos sonoras”.

No ano seguinte à fundação, falecem dois acadêmicos. Luís Guimarães Júnior e Pereira da Silva. Na sucessão deste último, Magalhães de Azeredo escreve a Machado com o apoio de Nabuco, lembrando o hábito da Academia Francesa de eleger o sucessor com afinidade do antecessor, o que ocorria com certa frequência. Alegando que estando no estrangeiro não podia votar,

“pedia que se não tiver compromisso, faça quanto lhe for possível para ser ele o nosso ilustre compatriota Barão do Rio Branco, um dos mais insígnies cultivadores que hoje temos da história nacional e que tantos serviços de cidadão e de escritor tem prestado ao Brasil”.

Em carta a Taunay, Nabuco secundava a sugestão de Magalhães de Azeredo:

“Não lhe parece que o Rio Branco deve entrar para a Academia na vaga do Pereira da Silva? Com os ausentes que podem votar, eu penso que ele teria maioria. Os trabalhos dele são os mais sérios que se tem feito entre nós em geografia e história militar, não sei se você viu a memória que ele apresentou ao Cleveland, é uma série de volumes de raríssima erudição e pesquisa”.

E comentava um artigo sobre o Barão de José Veríssimo: “Ele (Veríssimo) mesmo não quererá reduzir a Academia a um círculo fechado de estilistas, gramáticos e literatos. Se pensar como eu, trabalhe pelo Rio Branco, o nosso triângulo da *Revista*”.

Rio Branco alegava que na “instituição para uns ou doze ou quinze homens de valor havia rapazes mais ou menos jacobinos persuadidos de quem só são homens de letras quem faz versos”. E concluía: “Estou velho demais (tinha cinquenta e dois anos) para figurar entre tantos rapazes”.

Hesitante na candidatura, Rio Branco telegrafa a Nabuco dez dias antes da eleição: “Aceitaria se fosse eleito. Mas entendo que não me devo declarar candidato”. E numa prova de confiança: “Entretanto, resolvo por mim como achar melhor”.

Eleito diria Rio Branco:

“O Eduardo Prado, o Joaquim Nabuco, o José Veríssimo e outros amigos declararam-me candidatos e graças à sua influência foi aceito pela maioria de moços, provavelmente por terem entendido que a um dos raros velhos (Pereira da Silva) da Casa deveria suceder outro velho”.

A eleição de Rio Branco, segundo Graça Aranha, foi o primeiro dos *grands seigneurs* que Nabuco “desejava um certo número”.

Vacilando ante a ideia de se tornar acadêmico, Rio Branco é um dos que mais se interessam pela vida da Academia, inclusive pelas suas eleições, nos quais, para desespero de Oliveira Lima, influi poderosamente. “É o nosso Richelieu”, escreve Nabuco a Veríssimo.

A morte de Taunay em 26 de janeiro de 1899 foi uma grande perda da Academia, pois ele se tornara um dos mais assíduos frequentadores da *Revista Brasileira* e granjeara a amizade e admiração de todos.

Nabuco foi incumbido de falar à beira do túmulo “com as derradeiras homenagens do Instituto Histórico, ao qual ele pertenceu por tantos anos, do qual se separou na exaltação de um sentimento generoso e onde, por isso mesmo não diminuiu nunca o afeto e a admiração que todos o votavam”. E também “a saudade da Academia Brasileira para a qual esta perda é uma grande provação, porque ele não era só espírito radiante, era para nós o centro, uma força de presença”. E acrescentava “vim dizer meu próprio adeus ao companheiro, ao amigo de quem me separo”.

Dizia ainda Nabuco:

“Acho-me sob a impressão de que tudo isto é um sonho: imagino Taunay vivo entre nós. Não o vejo morto e algum tempo passará antes que eu conceda à realidade todos os seus tristes direitos. É preciso sentir a sua ausência em nossas reuniões, perdemos um a um os hábitos que ele formou em nós, para os seus amigos compreendermos em toda a sua extensão, os acontecimentos de ontem”. E terminava: “O Brasil inteiro terá orgulho de ti, já o tem... Adeus meu caro Taunay, adeus”.

E Nabuco ainda no Brasil escreve em 10 de fevereiro de 1899 a Machado sobre a sucessão de Taunay:

“Agora queira dizer-me como se vai formando em seu espírito a sucessão do Taunay na Academia [...] O Loreto disse-me anteontem que na *Revista*, aonde não vou há muito, falava-se em Arinos e Assis Brasil. Eu disse-lhe que minha ideia era o Constâncio Alves. O Taunay era um dos nossos, e se substituímos por algum ausente, como qualquer daqueles, teríamos dado um golpe no pequeno grupo que se reúne e faz de Academia. Depois ficaríamos sem recep-

ção. O Arinos talvez viesse fazer o elogio... Eu, pela minha parte, que entre os dois votaria nele, porque o elogio do Taunay pelo Assis Brasil (este pode ser reservado para outra Cadeira mais congenial com o seu temperamento) podia ser uma peça forçada; confesso-lhe que não vejo como o Constâncio; mas se V. não pensa que o Constâncio tem a melodia interior, a nota rara, que eu lhe descobro, submeto-me ao mestre. Com o voto do Dória, que me prometeu, e o meu, o Constâncio já tem dois. Sr. você viesse, era o triângulo, e podíamos até falsificar a eleição. Sério!”.

E Machado responde em 13 de fevereiro de 1899:

“Respondo à sua carta. Pensei na sucessão do Taunay logo depois que o tempo afrouxou a mágoa da perda do nosso querido amigo. A vida que levo, entregue pela maior parte à administração, não me permitiu conversar com os amigos da *Revista* mais que duas vezes, mas logo achei a candidatura provável do Arinos, e dei-lhe o meu voto; o Graça Aranha e o Veríssimo a promovem e já há por ela alguns votos certos, ao que me disseram. Assim, fiquei aliado, antes que V. me lembrasse o nome do Constâncio Alves. Também ouvi falar do Assis Brasil, mas sem a mesma insistência”.

Ao tomar conhecimento da designação de Nabuco para representar o Brasil na questão da Guiana, Machado se dirige a ele em 10 de março de 1889:

“Vai em carta o que lhe posso dizer já de viva voz, mas eu tenho pressa em comunicar-lhe, ainda que brevemente, o prazer que meu deu a notícia de ontem no *Jornal do Commercio*. Não podia se melhor.

Vi que o governo, sem curar de incompatibilidades políticas, pediu a V. o seu talento, não a sua opinião, com o fim de aplicar em benefício do Brasil a capacidade de um homem que os acontecimentos de há dez anos levaram a servir a pátria no silêncio do gabinete. Tanto melhor para um e para outro.”

E voltando à Academia:

“Agora, um pouco da nossa casa. A Academia não perde o seu orador, (como Secretário-Geral) cujo lugar fica naturalmente esperando por ele; alguém dirá, sempre que for indispensável, o que caberia a V. dizer, mas a Cadeira é naturalmente sua. E por maior que seja a sua falta, e mais vivas as saudades da Academia, folgaremos em ver que o defensor de nossos direitos ante a Inglaterra é o conservador da nossa eloquência ante seus pares. A minha ideia secreta era que, quando o Rio Branco viesse ao Brasil, fosse recebido por V. na Academia. Façam os dois por virem juntos, e a ideia será cumprida, se eu ainda for presidente. Não quero dizer se ainda viver, posto que na minha idade, e com o meu organismo, cada ano vale por três.”

Quando da designação de Nabuco, Graça Aranha comenta:

“Os amigos da Academia regozijam-se com a missão Nabuco, mas sentem separarem-se do ‘encantador’. Machado de Assis pressuroso felicita o país, mas não esquece a Academia, a sua preocupação tão absorvente como a da feitura em sigilo dos seus livros. Joaquim Nabuco ausenta-se, o seu posto na direção da casa não é preenchido, o seu substituto é provisório. A Academia não perde o seu orador,

diz Machado, cujo lugar fica naturalmente esperando por ele. E logo a imaginação lhe mostra Nabuco perante a Inglaterra como conservador da eloquência da Academia diante dos seus pares”.

No ano de 1899 a última sessão realizou-se em 10 de agosto e a primeira sessão de 1900 só se realizou em 23 de junho, dez meses depois. Eram os “tempos heroicos” na expressão de Medeiros e Albuquerque. Parece que Nabuco estava a par dessa situação e de Pougues na França, escreve a Machado em 12 de junho de 1900:

“Não deixe morrer a Academia. V. hoje tem obrigação de reuni-la e tem meios para isso, ninguém resiste a um pedido seu. Será preciso que morra mais algum acadêmico para haver outra sessão? Que papel representamos nós então? Foi para isso, para morrermos, que o Lúcio e V. nos convidaram? Não, meu caro, reunamo-nos (não conte por ora comigo, esperemos pelo telefone sem fios) para conjugar o agoiro, é muito melhor. Trabalhemos todos vivos”.

Machado informa com satisfação:

“A Academia parece que enfim vai ter casa. Não sei se V. se lembra do edifício começado a construir no largo da Lapa, ao pé do mar e do Passeio. Era para a Maternidade. Como, porém, fosse resolvido adquirir outro nas Laranjeiras, onde há pouco aquele instituto foi inaugurado, a primeira obra ficou parada e sem destino. O governo resolveu concluí-lo e meter nele algumas instituições. Falei sobre isso, há tempos, com o Ministro do Interior, que não me respondeu definitivamente acerca da Academia; mas há duas semanas soube que a nossa Academia também seria alojada, e ontem fui pro-

curado pelo engenheiro daquele Ministério. Soube por este que a nossa, a Academia de Medicina, o Instituto Histórico e o dos Advogados ficarão ali. Fui com ele ver o edifício e a ala que se nos destina, e onde há lugar para as sessões ordinárias e biblioteca. Haverá um salão para as sessões de recepção e comum às outras associações para as suas sessões solenes.

Seguramente era melhor dispor a Academia Brasileira de um só prédio, mas não é possível agora, e mais vale aceitar com prazer o que se nos oferece e parece bom. E olhando o futuro outra geração fará melhor”.

A obtenção da sede é motivo de outra comunicação de Machado:

“A nossa Academia Brasileira tem já o seu aposento, como deve saber. Não é separado, como quiséramos; faz parte de um grande edifício, dado a diversos institutos. Um destes, a Academia de Medicina, já tomou posse da parte que lhe cabe, e fez a sua inauguração em sala que deve ser comum às sessões solenes. Não recebi ainda oficialmente a nossa parte, espero-a por dias”.

No ano seguinte, Nabuco já no exterior escrevia a Machado:

“Dê-me notícias da nossa Academia. Felicito-o por ter conseguido a casa. V. lembra-se da minha proposta que as 40 Cadeiras tivessem insculpido, e com uma frase expressiva, o nome dos primeiros acadêmicos, que foram todos póstumos. Os chins enobrecem os antepassados, nós fizemos mais porque os criamos, ainda que nisto não fôssemos mais longe do que os nossos nobres de ocasião muitas vezes têm ido”.

Nabuco, em carta de 12 de novembro de 1901 agradece a Machado as referências feitas a ele no discurso por ocasião da inauguração da herma de Gonçalves Dias no Passeio Público. Machado comentara: “quando em 1897 celebramos a nossa primeira sessão inaugural, Joaquim Nabuco, entre outras belas coisas, disse: ‘Se a Academia florescer, os críticos deste fim de séculos terão razão em ver nisso milagre’”.

E demonstrando uma ponta de orgulho:

“Não sei o que pensaram os críticos daquele fim de século, mas os do princípio deste podem já ver alguma coisa menos comum. A Academia vive. Os poderes públicos, por uma lei votada e sancionada com tanta simpatia, concederam-lhe favores especiais. Cumpre-nos agradecer-lhes cordialmente. Se o não fazemos em casa nossa, é só porque a escolha de um próprio nacional ainda se não fixou, mas a Academia tem por si a lei e a boa vontade. Oportunamente estará aposentada de vez, e poderá então dispensar a magnífica hospedagem, que lhe dá agora o Gabinete Português de Leitura”.

Nessa cerimônia, Medeiros e Albuquerque manifestava desconforto na responsabilidade de falar substituindo Nabuco na Secretaria Geral:

“A substituição interina do nosso ilustre secretário-geral põe-me na contingência de ocupar a atenção desta assembleia, lendo o relatório do movimento da Academia. Nunca a substituição me foi mais penosa. Não porque me doa o amor próprio ferido, sentindo que todos hão de estar a evocar a bela figura eloquente de Joaquim Nabuco e a fazer uma comparação, que só pode ser esmagadora. O amor-próprio desaparece neste momento. O que há apenas é, ao contrário, que eu reclamo para mim ser

nesta assembleia quem mais sente a desproporção entre o substituído e o substituto, e, por um desdobramento cerebral, enquanto profiro estas palavras mal alinhadas, lembro o que seria aqui a voz eloquente do dominador das multidões, que tanto soube outrora arrastar um povo inteiro à conquista da redenção para uma raça oprimida, como saberia hoje tornar-se persuasiva e harmoniosa para nos falar da arte e do belo”.

Está vaga a Cadeira 40 de Eduardo Prado e de Londres Nabuco se dirigia a Machado:

“Aí vai o meu voto. Dou-o ao Afonso Arinos por diversos motivos, sendo um deles ser a vaga do Eduardo Prado. Para a Cadeira do Francisco de Castro eu votaria com prazer no Assis Brasil. Por que não reuniram as eleições num só dia?”.

Nabuco levanta em 12 de novembro de 1901 a questão do voto dos ausentes:

“Eu realmente penso que aos ausentes devia ser dado o direito de voto. Era mais honroso para os eleitos reunir o maior número possível de votos. V. V. estatuiriam o modo de enviarmos a nossa chapa, ou de poder alguém da Academia votar pelos ausentes. Não haveria perigo de ata falsa nem de fósforos. O procurador ao votar, por exemplo, por mim declararia que eu lhe escrevera (mostrando o documento) para votar por mim nessa eleição no candidato F. Talvez o voto dos ausentes devesse ser aberto e declarado. Quem são os candidatos às duas Cadeiras?”.

E na sessão de 12 de dezembro de 1902 José Veríssimo propôs a alteração do Regimento Interno para que os acadêmicos ausentes pudessem votar em cédula fechada. Rodrigo Otávio após considerações em sentido contrário e após debates a proposta foi aprovada. A Secretária da Academia enviou circular aos acadêmicos e Nabuco ao receber a circular escreve a Rodrigo Otávio:

“Meu caro Dr. Rodrigo Otávio, recebi a circular e respondo mandando ao Machado a minha cédula. Infelizmente não podemos acompanhar o movimento e a cabala literária, que é a parte mais interessante das eleições acadêmicas. O nosso voto vai como que petrificado e não pode acompanhar as flutuações do escrutínio”.

A lembrança dos amigos de Academia está sempre presente na correspondência de Nabuco. Ora se referindo ao grupo, ora se referindo a *Revista*, ora à Academia. É curioso a marca que ficou das reuniões na *Revista*; mesmo depois de criada a Academia as referências a ele são frequentes. Em 6 de dezembro de 1899, mal chegado ao exterior, ele confidencia:

“Muitas saudades a todo o nosso grupo. Se não fosse ter vindo muito cambaleante de lá e ter-me feito bem a mudança de clima, meu desejo maior seria achar-me de novo no círculo da *Revista*. Rezo pela alegria e bom humor de cada um. O pior é quando alguém desaparece é bem duro para [...] quem parte”.

Em dezembro de 1901 recorda jantar de 900 talheres em Londres ao Lord Mayor:

“Há dias lembrei-me muito com que saudade! dos jantares da *Revista*. Naquela multidão desconhecida, asfixiante, em que me sentia perdido, o que eu não teria trocado aquilo, Guidhall, Lord Salisbury, *loving cup*, *loyal toasts* pelas nossas festas do Hotel dos Estrangeiros”.

E comenta as eleições acadêmicas em janeiro de 1902: “Quanta falta me faz tudo isso. Não tenho outro desejo senão acabar o mais cedo possível a minha tarefa e recolher-me à Academia. Será o meu Pritaneu”.

E a lembrança: “Que saudades, meu caro Machado, do nosso querido grupo (esse não é fechado), e cada um dos seus íntimos do Garnier”.

E Machado retribui na mesma moeda:

“A Academia vai continuar os seus trabalhos, agora mais assídua, desde que tem casa e móveis. Quando cá vier tomar um banho da pátria, será recebido nela como merece de todos nós que lhe queremos”.

E com melancolia:

“Adeus, meu caro Nabuco, continue a lembrar-se de mim, onde quer que o nosso lustre nacional peça a sua presença. Eu não esqueço o amigo que vi adolescente, e de quem ainda agora achei uma carta que me avisava do dia em que devia fundar a Sociedade Abolicionista, na Rua da Princesa. Lá se vão vinte e tantos anos! Era o princípio da campanha vencida pouco depois com tanta glória e tão pacificamente”.

Das viagens pela Europa, são os cartões de lembrança:

“Está V. em Roma, donde recebi o cartão postal com a galante lembrança dos ‘meus três cardeais’ (Nabuco, Graça Aranha e Azere-do). Três são para receberem a minha bênção, mas é de velho cura de aldeia, e sinto não estar lá também, pisando a terra amassada de tantos séculos de história do mundo. Eu, meu caro Nabuco, tenho ainda aquele gesto da mocidade, à qual os poetas românticos ensinaram a amar a Itália; amor platônico e remoto, já agora lembrança apenas”.

Em carta de 5 de janeiro de 1902 Machado relata a eleição do Afonso Arinos:

“Recebi o seu voto na véspera da eleição, como o do Graça, e ambos figuram na maioria dos 21 com que o candidato venceu. O Assis Brasil também era candidato, mas na hora da eleição o Lúcio de Mendonça retirou a candidatura, em nome dele, e daí algum debate, de que resultou ficar assentado por lei regimental que as candidaturas só possam ser retiradas por carta do autor até certo prazo antes da eleição. Note que todos ficamos com pesar da retirada. Como V. lembra era melhor que as duas eleições se fizessem no mesmo dia. Creio que assim a eleição do Assis Brasil seria certa. O Martins Júnior teve dois votos, e parece que se apresenta outra vez. Também ouvi anteontem ao Valentim Magalhães que o Assis Brasil pode ser que se apresente de novo”.

Martins Júnior seria eleito nesse mesmo ano na vaga de Francisco de Castro, que falecera sem tomar posse, o mesmo ocorrendo na sucessão.

E Machado acrescenta:

“agora mesmo estive relendo o seu discurso de entrada no Instituto, como tenho relido o mais do volume dos *Escritos e Discursos Literários* que V. me enviou, e naturalmente saboreando as suas belas páginas, ideias e estilo, e recordando os assuntos que passaram pela nossa vida ou pelo nosso tempo. Então vi que V. bem poderia responder ao Arinos, que entrou para a Academia, como homem de letras; ambos diriam do Eduardo Prado o que ele foi, com a elevação precisa e o conhecimento exato da pessoa”.

Nabuco responde:

“Estou às suas ordens para escrever a resposta ao discurso do Arinos, com algumas condições, porém. A primeira é que V. me dará tempo. A segunda que o Arinos me mandará o que o Eduardo escreveu; tenho tudo isso nos meus papéis e caixões, mas fora de mão. Não preciso a coleção do ‘Comércio de S. Paulo’, mas os ‘Fastos’, a ‘Ilusão’, ‘Anchieta’ as ‘Viagens’ (mesmo a título de empréstimo), e o que mais notável tenham publicado os jornais dele, o artigo sobre o Eça, por exemplo, conviria mandarem-me daí. A terceira é que o discurso do Arinos me seja remetido, isso é óbvio, mas que depois dele corra o meu prazo pelo menos de três meses. Aceitando V. e ele tudo isso, está tomado o compromisso. Para mim trabalhos desses são uma distração necessária dos meus estudos da questão”.

Afinal, Arinos seria recebido por Olavo Bilac em 18 de setembro de 1902.

A sessão de posse de Oliveira Lima realizou-se em 7 de junho de 1902 no Gabinete Português de Leitura, fundado em 1837 por um gru-

po de imigrantes portugueses e veio a se constituir no maior acervo de livros portugueses fora do país.

A construção do edifício iniciou-se em 1880 com a presença do Imperador Pedro II e da Imperatriz Teresa Cristina, com o Imperador lançando a pedra fundamental. A inauguração do prédio se deu em 1888 com a presença da Princesa Isabel e do Conde D’Eu. Nabuco discursou em ambas as ocasiões. Ficou célebre a frase de um dos discursos: “as pedras deste edifício parecem estrofes de *Os Lusíadas*”. Comentando a posse de Oliveira Lima nesse local, Nabuco indagava: “É singular que a Academia Brasileira de Letras precise de agasalho do Gabinete Português de Leitura. Nem nessa área a nossa independência literária?”

Em carta a Machado de outubro de 1904, Nabuco insiste na ideia dos expoentes:

“A minha teoria, já lhe disse, devemos fazer entrar para a Academia as superioridades do país. A Academia formou-se de homens na maior parte novos, é preciso agora graduar o acesso. Os novos podem esperar; em vez de entrarem agora por simpatias pessoais ou por serem de alguma coterie. A Marinha não está representada no nosso grêmio, nem o Exército, nem o Clero, nem as Artes, é preciso introduzir as notabilidades dessas vocações que também cultivem as letras. E as grandes individualidades também. Assim o J. C. Rodrigues, o redator do Novo Mundo, o chefe do *Jornal do Commercio*, que neste momento está colecionando uma grande livraria relativa ao Brasil, e o nosso Carvalho Monteiro de Lisboa? Com o Jaceguai entrava a glória para a Academia. É verdade que ele nenhuma afinidade tinha com o Martins Júnior, mas a Cadeira ainda está vaga — é a Cadeira de Taunay e patrono Otaviano, e desses dois o Jaceguai seria o substituto indicado por eles mesmos”.

Já em 17 de outubro de 1902, o Diário registra carta a Jaceguai: “Quanto à Academia? Você sabe que terá o meu voto”.

A carta é a primeira sondagem pelo nome de Jaceguai. Eram amigos, no *Diário* há várias outras referências a ele, estiveram juntos em Londres quando da estada de Nabuco em 1882 e Jaceguai era adido naval, e Nabuco frequentou mais de uma vez a fazenda de Jaceguai em Mogi das Cruzes.

À insistência de Nabuco pela eleição de Jaceguai pode se contrapor à polêmica que mantiveram a respeito do livro *Balmaceda*. No livro Nabuco acentua os pendores do Chile e a inaptidão do Brasil para a república. E depois de várias considerações conclui que a República constituía ameaça à sobrevivência às liberdades públicas tão prudentemente cultivadas pela sabedoria do Imperador.

Jaceguai em carta publicada no *Jornal do Commercio* e depois em folheto com o título de *O Dever do Momento* declara que a monarquia foi uma planta artificial que só pode medrar enquanto vivificá-lo o estrume da escravidão e que inconciliável com a tendência do povo um regime como o monárquico fundado no privilégio. E concluía com o apelo aos monarquistas para que abandonassem ressentimentos ou incompreensões para servirem ao regime que melhor se ajustava às condições do país. E terminava com um apelo a Nabuco para que “viesse a ilustrar no regime político do Brasil com esse nome venerado, com que vosso pai ilustra”. E nutria a esperança de que Nabuco transpondo os Andes ainda viesse ilustrar o novo regime político.

Nabuco responde com um opúsculo intitulado *O Dever dos Monarquistas*. O dever dos monarquistas sinceros, mesmo quando a monarquia estivesse morta, morreria politicamente com ele. Deseja que os monarquistas sinceros continuem fiéis ao regime a que serviram, e indagava com razão, que influência tinham tido na República os monarquistas que pas-

saram e respondia que nenhuma. A influência, para os que restavam, deveria ser moral, guardando fidelidade aos seus princípios e ao seu passado. Talvez, essa atitude, melhor que qualquer outra, pudesse servir de freio ao novo regime, que ainda não superara a fase de agitações e de desordens, consubstanciadas na ditadura militar.

Segundo Barbosa Lima Sobrinho: “O estudo (de Jaceguai) é admirável pela clareza da exposição, pelo vigor da frase, pela profundidade e segurança do conceitos.”

O ensaio de Jaceguai revelava o escritor até então não revelado; e para José Veríssimo:

“Lembra-me a surpresa admirativa com que os homens de letras lemos há uns cinco anos, a sua carta pública ao Sr. Joaquim Nabuco. Todos reconheceram nesse marinheiro um publicista e um escritor de raça, com todos os atributos que, cultivados, fazem os melhores.”

Em 18 de agosto de 1903, Nabuco retoma a ideia dos expoentes:

“Meu voto é pelo Jaceguai, caso ele se tenha apresentado. Se o Quintino se apresentar, será do Quintino, pela razão que dou na carta inclusa quanto aos da velha geração. Não creio que o Jaceguai se apresente contra o Quintino. Nesse caso V. explicaria a este o meu compromisso; a minha ideia sobre a representação da Madrinha, que mesmo a ele não deve ceder o passo; a minha animação ao Mota dizendo-lhe que desde a fundação eu pensei que homens como ele, Lafayette, Ferreira Viana, Ramiz Galvão, Capistrano e os outros que V. sabe deviam ser dos que têm a honra de ser presididos por Machado de Assis. Vejo que V. presidiu ao presidente no outro dia. Isto lhe devia ter causado prazer. O discurso do Oliveira

Lima esteve excelente; o que ele disse menoscabando a diplomacia e a cozinha francesa, [as duas coisas de que ele mais gosta, a terceira, V. sabe, é fazer livros], foi naturalmente para a galeria. O Salvador manteve as tradições acadêmicas, não deixando sem retribuição a boa moeda portuguesa, e manuelina hospitalidade portuguesa.

No caso de não haver candidatura Jaceguai, à qual eu daria o meu voto no conclave, quando mesmo ele quisesse ter esse voto único (único parece não seria, pelo que me disse o Graça Aranha), nem candidatura Quintino... (Quintino, V. sabe, esteve sempre associado para mim com V.; segundo me lembro, o Castor e Pólux dos meus quatorze anos, por volta de 1863, e o brilho do talento dele foi muito grande. Como todas as que se desindividualizam, ou despersonalizam, para se tornarem coisa pública, propriedade das massas, matéria demagógica, podemos dizer, o diamante nele desapareceu no cascalho, e desde a República ainda não lhe li uma página, nem sequer uma frase, que me lembrasse o antigo escritor. Mas ainda assim, pelo seu passado, ele tem direito à nossa homenagem, e não há dúvida que mesmo hoje lhe bastaria (sei que isto lhe é impossível, mas só isto) sacudir os andrajos políticos para mostrar o velho paladino intemerato, com aquele gládio arcanjelesco, tão nosso conhecido. Ou estarei eu enganado?

No caso de não haver candidatura Quintino, nem Jaceguai, o meu voto será pelo Euclides da Cunha, a quem peço que então V. faça chegar a carta inclusa. Se o Jaceguai nos frequenta ainda, mostre-lhe o que digo dele nessa carta ao Euclides”.

E em seguida: “Como vai a nossa Academia? O Arinos escreve-me que é candidato e que os ausentes votam. Desde quando? Como? Quem são os seus candidatos?”.

E comenta candidatura em carta de 15 de outubro:

“A eleição da Academia deve ser feita em fins deste mês. Em carta que lhe escrevi, há dias, disse o que penso da eleição do Jaceguai, figura certamente representativa para a nossa casa, mas, como você sabe, ele não se apresentou; nem ele nem o Arthur Orlando”.

E falando das atividades da Academia:

“Estas são as notícias eleitorais. Dos trabalhos acadêmicos já há de ter notícia que, por proposta do Medeiros, estamos discutindo se convém proceder à reforma da ortografia. Ao projeto deste (tendente ao fonetismo) opõe-se logo o Salvador de Mendonça, que apresentou um contraprojeto assinado por ele e pelo Rui Barbosa, Mário de Alencar, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Lúcio de Mendonça. Este propõe que a Academia cuide de organizar um dicionário etimológico, fazendo algumas emendas segundo regras que indica. O João Ribeiro opõe-se ao contraprojeto, e as nossas três sessões têm sido interessantes e são acompanhadas na imprensa e no público”.

Graça Aranha escrevia a Machado sobre as excursões na Europa com a companhia de Nabuco:

“Machado de Assis era o companheiro imaginário dessas peregrinações. Nabuco não o esquece nas suas visitas piedosas aos grandes mortos da literatura; vai pela Europa escrevendo-lhe o nome em todos os santos lugares dos escritores e ainda o faz na América do Norte, quando visita a morada de Longfellow. Também em Pa-

ris o representou na missa do editor de ambos, de um dos sempre velhos Garnier. Mas não o fez na missa do imperador. Nabuco, extremamente delicado, absteve-se de representá-lo e fazer o amigo ausente participar daquele tributo, pois ninguém sabia exatamente o conceito de Machado de Assis sobre Pedro II. Se lhe prestou alguma homenagem seria a da simples estima”.

Machado escrevia em 17 de julho de 1902 a Azeredo sobre a sucessão de Valentim Magalhães, mostrando discretamente a preferência por Euclides da Cunha:

“Vamos ter eleição acadêmica em meados de setembro. Não quero insinuar-lhe o voto, mas o candidato que parece reunir maioria é o Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*. Estamos concentrados a votar nele, começando por Rio Branco”.

Machado de Assis a Nabuco em 7 de outubro de 1903, manifesta satisfação pela eleição de Euclides da Cunha:

“Já deve saber que o Euclides da Cunha foi escolhido, tendo o seu voto que comuniquei à assembleia. Não se tendo apresentado o Jaceguai nem o Quintino, o seu voto recaiu, como me disse, no Euclides. Mande a este a carta que V. lhe escreveu. A eleição foi objeto de grande curiosidade, não só dos acadêmicos, mas de escritores e ainda do público, a julgar pelas conversações que tive com algumas pessoas. Mostrei ao Jaceguai a parte que lhe concernia na sua carta. Espero que ele se apresente em outra vaga, não que me dissesse, mas pela simpatia que sabe inspirar a nós todos, e terá aumentado com a intervenção que V. francamente tomou.

A recepção do Euclides não se fará ainda este ano. Já há dois eleitos que estão por tomar posse, o Augusto de Lima, de Minas Gerais, e o Martins Júnior, de Pernambuco. Não é esta a razão; as entradas se farão à medida que estiverem prontos os discursos, e é possível que o Euclides se prepare desde já. Responder-lhe-á o Afonso Arinos. A recepção deste foi muito brilhante; respondeu-lhe o Olavo Bilac”.

Em correspondência a Rodrigo Otávio em fevereiro de 1903, pedia notícias da Academia: “Ela é que é a nossa *muette*, como chamam em francês a tropa”.

Designado no ano seguinte pelo Barão do Rio Branco para a chefia da Missão de Reconhecimento do Alto Purus, Euclides parte para a Amazônia e só se empossa em dezembro de 1906.

E Nabuco em longa carta de 8 de outubro de 1904:

“E a nova eleição? Não falo da eleição do futuro presidente, da qual parece já se estar tratando aí, mas da eleição do novo acadêmico. O Bandeira escreveu-me e eu teria prazer em dar-lhe o meu voto, mas o meu voto é seu, V. aí é quem vota por mim. Eu pensei que o Jaceguai desta vez se apresentaria. Ele, porém, achou mais fácil passar Humaitá do que as baterias encobertas do nosso reduto. Quais são essas baterias? A do Garnier lhe daria uma salva de [...] quantos tiros? Onde estão as outras? Eu nada sei, mas se ele for candidato, meu voto é dele, pela razão que fui eu quem lhe sugeri o ano passado a ideia. V. terá uma carta minha dizendo que ele não se apresentaria contra o Quintino. Não sei por que o Quintino não foi membro fundador. E seguramente estranhei essa anomalia na *Revista*, anomalia tanto maior quanto o nosso criador Lúcio de Mendonça era grande entusiasta do

Quintino. Agora a entrada do Quintino não tem mais razão de ser, porque pareceria que ele adquiriu título depois da fundação, quando o tinha antes de quase todos os fundadores. A exclusão dele é pois um fato consumado, como seria a do Ferreira de Araújo, se vivesse, como é a do Ramiz, a do Capistrano, que não quiseram. Se o Quintino não recusou, supõe-se que recusou, fica assentado que recusou. Podemos declará-lo; não podemos confessar que o esquecemos. Se entretanto ele se apresentar, julgo melhor esperar outra vaga para a combinação e eleger dois ao mesmo tempo. Eu acho bom dilatar sempre o prazo das eleições, porque no intervalo ou morre algum dos candidatos mais difíceis de preterir, ou há outra vaga”.

Nabuco se preocupava com a solidão de Machado. E de Londres escrevera a 8 de dezembro de 1904 a Rodrigo Otávio:

“Ele precisa mais do que nunca da simpatia, interesse e solicitude dos seus súditos, e realmente penso que lhe devíamos demonstrar a nossa admiração, oferecendo-lhe um testemunho qualquer, sem esperar pelo seu jubileu de escritor, o qual aliás deve estar próximo.

O Arthur Orlando também não se apresentou. Os candidatos são os que já sabe, o Padre Severiano de Rezende, o Domingos Olímpio e o Mário de Alencar; provavelmente os três lhe haverão escrito já. A eleição é na segunda quinzena de outubro, creio que no último dia”.

Registre-se que, empenhado na eleição de Mário de Alencar, Machado não faz nenhum comentário a respeito.

A eleição de Mário de Alencar, apadrinhado por Machado de Assis, e no momento sem obra expressiva, foi das mais controvertidas, mas Má-

rio de Alencar veio a se tornar um grande acadêmico. Medeiros e Albuquerque diria “que sua eleição foi, porém, o primeiro escândalo acadêmico, porque o concorrente de Mário de Alencar era Domingos Olímpio, cujo romance *Luzia Homem*, bastava para fazê-lo muito superior”. E acrescentava: “Mas quem podia recusar a Machado?”.

E Nabuco justificava: “Votei pela dívida em que estava com o pai por o ter atacado, quando jovem, com tanta falta de veneração [...]. Depois sabe que desejo agradecer Machado, pai do cenáculo”. Nabuco se refere à polêmica que mantivera em 1875 com José de Alencar no jornal *O Globo*, quando tinha apenas vinte e seis anos. Alencar com quarenta e seis anos já se destacara com expressiva bagagem literária. A polêmica se inicia quando Alencar protesta contra o público que deixara de assistir à encenação de sua peça “O Jesuíta”. Certamente Nabuco deve ter visto a oportunidade de se projetar e no curso do debate vários temas são aflorados como o problema da linguagem, o debate sobre o lugar da cultura africana e do escravo e liberto na sociedade brasileira. Alencar mostra que sua obra não é imitação de nenhuma estrangeira. A argumentação de Nabuco tinha aspectos contraditórios e já se assinalou que empregava “chicanas de advogado”.

Novas notícias de Machado:

“Nós cá vamos andando. A Academia elegeu o seu escolhido, o Souza Bandeira, que talvez seja recebido em julho ou agosto, respondendo-lhe o Graça Aranha. A cerimônia será na casa nova e própria, entre os móveis que o Ministro do Interior, o Seabra, mandou dar-nos. Vamos ter eleição nova para a vaga do Patrocínio. Até agora só há dois candidatos, o Padre Severiano de Rezende e o Domingos Olímpio”.

Ainda não se apresentara Mário de Alencar, que às instâncias de Machado só se inscreveu no último dia.

E comentando os inscritos à vaga de José do Patrocínio em 30 de setembro de 1905 Machado esclarece:

“A carta dá-me a indicação do seu voto no Jaceguai para a vaga do Patrocínio. O Jaceguai merece bem a escolha da Academia, mas ele não se apresentou, e, segundo lhe ouvi, não quer apresentar-se. Creio até que lhe escreveu nesse sentido. Ignoro a razão, e aliás concordo em que ele deve fazer parte do nosso grêmio”.

Na vaga de José do Patrocínio, Nabuco escreve em 28 de julho de 1905 a Arthur Orlando, certamente por ter recebido alguma sondagem e insiste no nome de Jaceguai:

“O meu voto para a vaga do J. do Patrocínio na Academia Brasileira é do Jaceguai. Penso que a Marinha deve estar representada no nosso grêmio desde que possui um escritor como aquele. Assim teremos lá também a glória das armas. Ele, porém, que atravessou sem temer as baterias lendárias de Humaitá, tem medo de passar as da Academia. Nesse caso o meu voto seria para Arthur Orlando, este se quisesse tentar a campanha, auxiliado por outros amigos. Isto mesmo escrevo ao Machado de Assis”.

E com interesse indagava a Arthur Orlando:

“Não sabia da existência da Academia Pernambucana de Letras e quisera saber se os seus Estatutos vedam apresentar a ela a minha candidatura. Esse é o torrão sagrado, e agora tudo que se refere à sua história é objeto do meu culto filial”.

E referindo-se a eleição para esta vaga, escreve Nabuco:

“Seria lastimável se as candidaturas as mais brilhantes que em nosso país possam surgir, como essas, recuarem diante de qualquer suspeita de haver na Academia grupos formados e fechados. Devemos torná-la nacional”.

E num travo de melancolia: “Que saudades, meu caro Machado, do nosso querido grupo (esse não é fechado) e de cada um dos seus íntimos do Garnier! Dê-lhes um apertado abraço por mim”.

Machado posteriormente trata de outros assuntos e volta ao tema das candidaturas, e se permite um comentário discreto: “Na Academia não há nem deve haver grupos fechados”.

Na vaga de Patrocínio seria eleito Mário de Alencar em rumorosa eleição.

Em seguida, ocorreria a vaga de Pedro Rabello, preenchida por Heráclito Graça e em 29 de outubro de 1906 ocorre o falecimento de Franklin Dória. Nabuco volta à presença do conterrâneo:

“Meu caro Dr. Arthur Orlando,

Creio que fui eu quem primeiro lhe falou da Academia. Desejo vê-lo lá por seu talento e superioridade e também por ser Pernambucano, mais um Pernambucano. Sabe que sempre fomos muito *clannish*. Como lhe disse, porém, eu tinha que dar precedência ao Jacuqui por me ter batido muito pela representação da nossa Marinha na Academia. Esqueceu-me dizer-lhe que tinha tomado há alguns anos, com o Machado, o compromisso de votar pelo Assis Brasil, se ele se apresentasse de novo.

Agora dizem-me do Rio que tratam da candidatura dele. Neste caso o meu compromisso com ele é anterior, mas o melhor seria es-

perar-se por outra vaga para os elegerem juntos, se os seus partidários são como creio os mesmos dele.

Deixe-me dizer-lhe, o Sr. é já da Academia na opinião do país, isto é, figura entre os 40 (podemos tomar um algarismo muito menor) mais notáveis espíritos do nosso tempo para todos; para alguns, como eu, figura entre os primeiros dez.

O meu voto será seu, não havendo, porém, a competição do Assis Brasil, de quem não cogitei ao falar-lhe, por me haverem dito que ele havia desistido de todo depois das duas *non-réussites*".

E alertando para os azares das campanhas eleitorais:

"Faz-me honra insistir, porque as nossas eleições dependem muito de compromissos pessoais e não juízos sobre o merecimento e o valor relativo dos competidores. Nem em uma academia há que atender somente ao valor literário ou intelectual, há também atender à representação das classes, por isso me interessa pela da Marinha, se não temos o Exército, mas falta-nos o clero. É preciso não darmos a entender que falta intelectualidade a nenhuma das grandes vocações entre nós. O Sr. em todo caso não pode ser diminuído e não deve aborrecer-se não entrando da primeira vez".

Machado a Nabuco em 6 de dezembro de 1904:

"Indo à carta anterior, dir-lhe-ei que a inscrição para a Academia terminou a 30 de novembro, e os candidatos são o Osório Duque-Estrada, o Vicente de Carvalho e o Souza Bandeira. A candidatura do Jaceguai não apareceu; tive mesmo ocasião de ouvir a este que se não apresentaria. Quanto ao Quintino, não falou a ninguém.

A sua teoria das superioridades é boa; os nomes citados são dignos, eles é que parecem recuar. Estou de acordo com o que V. me escreve acerca de Assis Brasil, mas também este não se apresentou. A eleição, entre os inscritos, tem de ser feita na primeira quinzena de fevereiro. Estou pronto a servir a V., como guarda da consciência literária, por mais bisonho que possa ser. Há tempo para receber as suas ordens e a sua cédula”.

Com a vaga de Franklin Dória em 1906, Nabuco escreve a Machado:

“O meu voto é pelo Dr. Arthur Orlando se ele for o único candidato e, tendo competidores, ainda é dele exceto se os competidores forem o Assis Brasil e o Jaceguai, que têm compromisso meu anterior em cartas escritas a você mesmo. Queira portanto votar por mim, conforme estas instruções. Não me deixe o Dr. Orlando naufragar em uma combinação que lhe garanta a eleição para a futura vaga. Um homem como ele pode ser vencido numa eleição acadêmica, não pode, porém, ser derrotado sem pesar para os eleitores. A nossa balança é de pesar ouro somente. Ele mesmo, estou certo, não se aborreceria de ser segunda escolha em competição com o Dr. Assis Brasil, que já teve uma, ou duas, *non réussites*.

Eu desejava-lhe, entretanto, uma vaga que lhe permitisse falar de Pernambuco largamente, mas teria que escolher entre mim e o Oliveira Lima e nenhum dos dois ele podia preferir ao outro. Em todo caso alguém mais da Filosofia que o Dória. Mas é odioso esperar vagas determinadas”.

Machado responde:

“Dei conta aos colegas da Academia de seu voto na vaga do Loreto em favor do Arthur Orlando. Para tudo dizer dei notícia também do voto que daria ao Assis Brasil ou ao Jaceguai. A este contei também o texto da sua carta, e instei com ele para que se apresente candidato na vaga do Teixeira de Melo (a outra está encerrada e esta foi aberta), mas insistiu em recusar. A razão é não ser homem de letras. Citei-lhe, ainda uma vez, o seu modo de ver que outrora me foi dito, já verbalmente, já por carta; apesar de tudo, declarou que não. Quanto ao Assis Brasil, foi instado pelo Euclides da Cunha e recusou também. A carta dele que Euclides me leu parece-me mostrar que o Assis Brasil estimaria ser acadêmico; não obstante, recusa sempre; creio que por causa da *non réussite*. Sinto isto muito, meu querido Nabuco”.

As eleições desde logo constituíram a vida da Academia. Graça Aranha atesta que:

“Nada interessa tanto à vida acadêmica como uma eleição. Parece que aqueles homens, escapos da política mas guardando fielmente o espírito eleitoral do brasileiro, desforram-se em eleger confrades, exercendo uma função considerada um privilégio, quando raramente votam fora da Academia, mesmo para escolher o Presidente da República. Na Academia o sentimento eleitoral é o mais ativo de todos, e a Academia Brasileira, graças ao seu quociente de mortos, jamais foi uma Academia morta. Os abençoados mortos deram-lhe a mais preciosa das vidas – a vida eleitoral”.

E comenta a atuação de Machado como Presidente:

“A Academia é uma obsessão para Machado de Assis. O seu gênio torna-se eleitoral. É curioso ver o céptico combinar sucessões,

imaginar o ‘quadro’ acadêmico. E tudo com a maior sutileza, sem violência, sem impor os seus desejos. Os amigos, porém, adivinharam-nos e esforçam-se em servir ao presidente e ao mestre. Ausente, Joaquim Nabuco toma parte em todas as combinações e é eleito firme de Machado de Assis. Se por acaso este se demora em informar o que vai pela Academia, é Nabuco quem o interroga. Assim, os dois inspiradores da Academia vão lhe dando o sopro de vida e completando a sua organização, que se opera lentamente, como convém a uma ‘igreja’ que viverá pelos séculos dos séculos”.

Em 10 de agosto de 1905 é empossado Souza Bandeira, recebido por Graça Aranha, e se inaugura a nova sede no Silogeu Brasileiro.

E Machado sobre a recepção de Souza Bandeira: “A recepção do Bandeira este brilhante. Lá verá o excelente discurso do novo acadêmico. Respondendo-lhe, o Graça mostrou-se pensador, farto de ideias, expressas em forma animada e rica”. E com uma ponta de orgulho: “A Academia está, enfim, aposentada e alfaiada; resta-lhe viver”.

Depois da posse em fato inusitado, Graça Aranha faz oferecimento a Machado de Assis de um ramo de carvalho de Tasso enviado por Joaquim Nabuco. Tratava-se da velha árvore amada pelo poeta de *Jerusalém Libertada*, conservada como preciosa relíquia no Mosteiro de Santo Onofre nos arredores de Roma. O ramo vinha com autenticação do síndico da cidade. O gesto faz lembrar referência anterior:

“Eu ainda guardo de sua primeira viagem a Roma algumas relíquias que V. me deu aqui – um pedaço dos muros primitivos da cidade, outros dos restos das termas de Caracaia. Agora basta que eu ouça de longe o eco de suas vitórias diplomáticas e V. de nossos aplausos e saudações”.

Graça Aranha comenta:

“Durante a sua viuvez Machado de Assis, refugiado na Academia, tivera um instante de desvanecimento e este lhe foi proporcionado pela delicadeza imaginativa de Joaquim Nabuco”.

Graça Aranha escreve a Nabuco logo após receber a oferenda:

“Por cima estava o endereço com a sua letra! Então, tive a ânsia de conhecer o mistério. Abri-a. Era a Poesia... Como a sua alma é grande, jovem e terna! Tive uma delicada e rara emoção naquele momento diante daquele ramo de carvalho que traduz a agonia de um poeta e me era mandado por outro poeta”. Poderia acrescentar – “e que se destinava a outro poeta”.

Sugeriria Nabuco que a Academia oferecesse o ramo a Machado de Assis, mas deixava a critério de Graça Aranha fazer a apresentação, pois “ninguém sabe dizer-lhe tão bem como o Sr. o que ele gosta de ouvir e de ninguém, estou certo, ele consideraria vassalagem tão honrosa para seu nome”.

E terminaria com frase antológica: “Devemos tratá-lo com o carinho e a veneração com que no Oriente tratam as caravanas a palmeira solitária do oásis”.

Graça Aranha discursa, entregando o ramo:

“Uma tarde de primavera, quando, num cenário de cores maravilhosas, esvoaçam espectros que vêm da História, um viajante cheio do recolhimento que as coisas eternas inspiram sob o Janículo, para em frente a um mosteiro e, tendo Roma aos pés, perde-se na contemplação de uma árvore... Uma bela árvore é um dos grandes poe-

mas da vida, o esplendor e a glória da forma e do amor que, rasgando a terra, se agiganta, postada em face do sol num gesto de resignação e agasalho, fantasma imóvel, solitário, respirando, carpindo e abrindo-se em frutos. Aquela árvore no Convento de Santo Onofre, no Janículo, é mais que tudo isto. É o carvalho de Tasso. As suas raízes longínquas mergulham nas lágrimas de um gênio. Aquela hora de agonia universal, quando a melancolia revela os mistérios, e tudo se esvai da realidade e se diviniza em símbolos, Joaquim Nabuco, que era o viajante iluminado, pensa em colher um ramo da árvore da poesia e do infortúnio. E como não pode haver mais significativo tributo à glória de um homem, ele pede à Academia que ofereça a Machado de Assis esta relíquia piedosa”.

Duas poesias são declamadas na cerimônia: “O Carvalho de Zeus” por Alberto de Oliveira e “A Véspera do Capitólio” por Salvador de Mendonça.

A iniciativa muito sensibilizou Machado que logo agradeceu a Nabuco:

“Escrevo algumas horas depois do seu ato de grande amigo. Em qualquer quadra da minha vida ele me comoveria profundamente; nesta em que vou a comoção foi muito maior. Você deu bem a entender, com a arte fina e substanciosa do seu estilo, a palmeira solitária a que vinha o galho do poeta. O que a Academia, a seu conselho, me fez ontem basta de sobra a compensar os esforços da minha vida inteira; eu lhe agradeço haver-se lembrado de mim tão longe e tão generosamente. O Graça desempenhou a incumbência com as boas palavras que V. receberá. Antes dele o Rodrigo Otávio leu a sua carta diante da sala cheia e curiosa. Ao Graça seguiram com versos de amigo o Alberto de Oliveira e o Salvador de Mendonça”.

Conhece-se assim, pelo próprio homenageado, o teor da festa. Machado comenta com Azeredo: “Não respondi nada; não tanto porque me falta o dom da palavra e do improviso, como porque a minha comoção era grande”. Estava profundamente sensibilizado. Prova disso é que, mais de três meses depois, ele torna ao assunto, em carta para Roma: “É verdade, meu querido amigo, os colegas da Academia entenderam mostrar por um modo expressivo que me querem, e o fizeram com tal arte e tão boa maneira que aumentaram de muito a gratidão que já lhes tinha”.

A resposta de Machado a Oliveira Lima, que se manifestara a respeito, também é expressiva:

“Meu prezado amigo. Recebi e cordialmente lhe agradeço o cartão postal de 16 de setembro, em que junta as suas finezas às que os amigos da nossa Academia me fizeram. Faltava a sua palavra para completar a bondade de todos. No ponto da vida a que cheguei, e no meio da grande solidão moral em que vivo, os favores literários são ainda a melhor consolação e o mais forte esteio. Naquela noite não agradei de palavra o que me fizeram e disseram, não só porque nunca me coube improvisar nada, e apenas sei ler atado e mal, mas ainda porque não poderia falar, se soubesse, tal foi a minha comoção. Em verdade, a manifestação foi calorosa, as vozes que me falaram amigas e verdadeiras, daqui e de fora, novas e velhas. Além disso, a falta da minha pobre esposa, que sentiria grande alegria, como sempre teve em tudo o que era benevolência para mim, fez crescer a minha comoção. Tive de ficar calado, mas todos me compreenderam e me perdoaram o silêncio”.

Magalhães de Azeredo se queixa por não ter sido participante da oferta e Nabuco lhe explica:

“Quanto à sua queixa, não preciso dizer o prazer com que a li. É sempre um prazer ver que você aprecia desse modo a minha afeição. Perdoo-lhe as injustiças por causa do amor. Mas eu sou inocente, como o seu coração, e, se não o seu, como o que bate ao lado dele lhe terá feito sentir. Em primeiro lugar, esse ramo do carvalho de Tasso não foi trazido por mim de Roma; foi-me mandado pelo Barros Moreira, a quem o pedi, para substituir outro que eu de lá trouxera em 1888. Depois é que me veio a ideia de o mandar ao Machado, mas nunca imaginei tal festa, nem que me publicassem a carta. Tudo foi para mim uma grande surpresa. A amabilidade que eu disse ao Graça Aranha lhe teria dito, se você estivesse lá e ele ausente. Eu sei que o Machado o admira e estremece e que sua saudação a ele seria inimitável, e romana, a que o Tasso mesmo faria”.

Nessa ocasião um grupo de amigos incumbiu o pintor Henrique Bernardelli, que fizera há pouco o retrato de Arthur Napoleão, de retratar Machado. E o pintor pôs no quadro a figura do lendário carvalho. Machado a Nabuco:

“O artista, para perpetuar a sua generosa lembrança, copiou na tela, sobre uns livros, o galho do carvalho de Tasso. O próprio galho, com a sua carta ao Graça, já os tenho na minha sala, em caixa, abaixo do retrato que você me mandou de Londres o ano passado. Não falta nada, a não ser os olhos da minha velha e boa esposa que, tanto como eu, seria agradecida a esta dupla lembrança do amigo”.

Quando da subscrição para o retrato de Bernardelli, Nabuco escreve a Rodrigo Otávio em 17 de agosto de 1905:

“Muito prazer deu-me há dias a sua carta relativa à Academia e ao Machado. Peço ao Banco do Comércio que lhe entregue 200\$000. É a minha modesta contribuição para o retrato do nosso grande escritor nacional”.

Passados três anos Machado escreve a Mário de Alencar:

“Uma das melhores relíquias da minha vida literária é aquele galho do carvalho de Tasso que Joaquim Nabuco me mandou há três anos, por intermédio do Graça Aranha, e este me entregou em sessão da nossa Academia Brasileira. O galho, a carta ao Graça e o documento que os acompanhou conservo-os na mesma caixa, em minha sala. Perguntei-lhe há tempos se queria dar destino a essa relíquia, quando eu falecesse: agora renovo a pergunta. Talvez a Academia consista em recolher o galho como lembrança de três de seus membros e da sua própria bondade em se reunir para completar o obséquio de Nabuco e de Graça Aranha. Peço-lhe também que se incumba de o saber oportunamente. Caso não deva ali ser guardado, estou que haverá em sua casa algum recanto correspondente ao que sei possuir em seu coração, e onde ele possa recordar-lhe a saudade de um velho amigo desaparecido”.

E Mário de Alencar responde a Machado: “Se vier porém o que eu não desejo, farei o que a sua bondade me incumbe, e a Academia receberá por meu intermédio o legado honroso”. Hoje, tal como desejava, o galho está entre as relíquias da Academia.

E em carta a Nabuco:

“Escrevo ao Mário de Alencar pedindo-lhe que venha à minha casa, quando eu morrer, e leve aquele galho de carvalho de Tasso que

você me mandou e o Graça me entregou em sessão da Academia. A caixa em que está com o documento que o autentica e a sua carta ao Graça peço ao Mário que os transmita à Academia, a fim de que esta os conserve, como lembrança de nós três, você, o Graça e eu”.

Afinal, em 1907 Jaceguai se candidatava. E Nabuco se alegra:

“Acabo de receber uma carta do Machado dizendo que Jaceguai afinal cedeu à minha instância e que se apresenta candidato na vaga do Teixeira de Melo. Estou certo de que ele terá o voto do Rui e conto que também tenha o seu. Para mim a eleição dele será um grande prazer. O Rui pode telegrafar os dois votos de Haia”.

No discurso de posse, Jaceguai não faz referência ao antecessor Teixeira de Melo. Explica:

“diante deste último nome sou forçado a calar-me, destoando talvez das praxes acadêmicas. Revelar-se-á porém a singularidade, ante a minha confissão, ingênua talvez, de não haver conhecido o homem nem a sua obra. A minha abstenção neste caso, creio ser a maior homenagem que prestar possa à sua ilustre memória. Não seria digno dela, nem de mim mesmo, ler apressadamente as produções para vir aqui fazer delas e do autor um panegírico convencional”.

Certamente Jaceguai teria condições de fazer um elogio de seu antecessor e as explicações para o fato foram sugeridas por ter Teixeira de Melo, no livro *Efemérides Nacionais* ao tratar da passagem de Humaitá, citado o nome do Comandante da Divisão Delfim Carlos de Carvalho, depois Barão da Passagem, e omitir o nome de Jaceguai, Comandante do navio Barroso.

A 14 de janeiro de 1908, escrevendo a Nabuco Machado comenta as últimas recepções na Academia – a de Arthur Orlando saudado por Oliveira Lima, sem a presença do Presidente Afonso Pena, que, doente se fizera representar, e a de Augusto de Lima, recebido por Medeiros e Albuquerque. Dizia:

“Enfim, a Academia vai sendo aceita, estimada e amada. Quando V. tornar de vez à nossa terra, cá terá o lugar que com tanto brilho ocupou e é seu naquela casa. O que não sei é se ainda me achará neste mundo; revele-me esta linha de rabugice, é natural aos 69 anos”.

A saudade da Academia e do país acabrunhava Nabuco:

“Mais que saudade da nossa Academia e da *Revista* de que ela nasceu! É uma grande provação viver longe dos amigos, em terra estranha, como estrangeiro. Sobretudo acabar assim. Mas espero voltar ainda antes da morte. E então os meus 60 futuros procurarão acompanhar os seus futuros 70 até ao fim das respectivas casas. Oxalá!”.

Aproximava-se o fim. Um ano antes da morte de Machado, Nabuco lhe fala das conferências em universidades norte-americanas:

“Muito lhe agradeço suas boas palavras sobre as minhas conferências de Yale. A 28 de agosto devo estar em Chicago, já lhe disse. Aqui levo uma vida de peregrino, de universidade em universidade”.

Estas conferências pronunciadas nas universidades norte-americanas mantém a mesma linha de pensamento dos dois discursos no Gabinete

Português de Leitura na década de 80, mas discrepam das considerações expendidas no discurso de inauguração da Academia.

No primeiro desses discursos, afirmava:

“Quanto ao poema *Os Lusíadas*, deixai-me dizê-lo, ele nos pertence também um pouco. Quero esquecer a língua portuguesa que nos é comum e a sucessão legítima que nos faz tão bons herdeiros dos contemporâneos de Camões, e do velo Portugal dos *Lusíadas*, como os Portugueses do século XIX. Tomarei somente a obra de arte.

Qual é a ideia dos *Lusíadas*, se eles não são o poema das descobertas marítimas e da expansão territorial da raça portuguesa? O descobrimento do Brasil não fará parte desse conjunto histórico?”

Nas conferências que pronunciou em universidades americanas sobre Camões: o que está também presente é a exaltação da obra do poeta como representante da língua portuguesa. Assim falando na Universidade de Yale sobre “O Lugar de Camões na Literatura” ela avança para a influência na cultura espanhola: “O nome (*Os Lusíadas*), só por si, era um toque de reunir para a nacionalidade. A obra prima de Camões”.

E reforçando a ideia:

“Esta a primeira impressão de *Os Lusíadas*: o culto da pátria. A obra foi planejada para ser um monumento nacional, cujas estátuas ou medalhões fossem as figuras da história portuguesa; as batalhas portuguesas, seus vastos frescos, a viagem à Índia, o friso que o circunda; os mares e terras descobertos, seu pavimento de mosaico”.

No Diário de Nabuco, em 23 de fevereiro de 1909, há uma referência curiosa: “Escrevo ao general Dantas Barreto que resolvi não votar mais para a Academia enquanto durar minha ausência”.

Mas nesse último ano de vida a Academia continuava objeto de preocupações de Machado. Escrevendo a Nabuco em 8 de maio diria: “A Academia conclui as férias e vai recomeçar a publicação da *Revista*. Nesta daremos os escritos originais que pudermos, alguns inéditos e o Boletim”.

Mas agora o clima de cordialidade parece esmaecer. No Diário em 20 de junho de 1908 há referência à carta a José Veríssimo em que ele conclui: “Sinto ver que em nossa Academia não reina a cordialidade da *Revista* (*Brasileira*). Este foi o bom tempo do qual levo saudades. Muito sentiria o seu rompimento com o João Ribeiro”. E assina: “velho camarada da *Revista*”.

Um dia antes da morte de Machado, Nabuco escrevia a Graça Aranha, preocupado com a saúde do amigo:

“O estado do Machado causa-me verdadeira consternação. Como passaremos sem ele? Cada ano reduz-se o círculo das afeições e das admirações dos que entram na velhice. Esta tem certo pudor em contrair amizades novas, em criar novos cultos pessoais. Os moços, como o Sr., ainda tem muito que ver, muito com quem se ligar, e a natureza lhes renova as afeições ao passo que as vão perdendo. É muito diferente aos 60 e deve ser terrível mais tarde. Deus lhe dê um declínio curto e um fim suave, se ele começou a entrar na decadência. Mas também a quanta ternura, a quanto carinho de nossa parte essa não obriga!”.

Em carta de Nabuco escrita após a morte de Machado:

“V. fechou-se nos seus hábitos como a tartaruga na concha, mas ao contrário dela não carrega consigo a sua casa. Se não fosse assim eu lhe aconselhava que se mudasse para perto do Graça. Receio que V., só, esteja vendo gente triste e cultivando a amizade de velhos, em vez de tomar um banho de mocidade prolongado e constante.

Quanto ao seu livro *Memorial de Aires* li-o letra por letra com verdadeira delícia por ser mais um retrato de V. mesmo, dos seus gostos, da sua maneira de tomar a vida e de considerar tudo. É um livro que dá saudade de V., mas também que a mata. E que frescura de espírito! É o caso de recomendar-lhe de novo a companhia dos moços, mas íntima, em casa. V. parece sentir isto com o Tristão e com o Mário de Alencar. Mas o benefício de infiltrar mocidade não seria para V. só, seria também para eles. V. é a mocidade perpétua cercada de todas essas afetações de velhice.

Não se lembre dos 70 e terá 40. Somente não me acostumo à ortografia. Creio que lhe terá custado reconhecer-se na nova”.

No mês da morte, em 1.º de agosto, em última carta Machado falava ao amigo:

“A Academia vai andando; fazemos sessão aos sábados, nem sempre e com poucos (vinte sessões e uma média de seis acadêmicos. A sua ideia relativamente ao José Carlos Rodrigues é boa. Falei dela ao Graça e ao Veríssimo, que concordam; mas o Graça pensa que é melhor consultar primeiro o José Carlos; parece-lhe que ele pode não querer; se quiser parece fácil. Não há vaga, mas quem sabe se não a darei eu?”.

Veríssimo descreveu a Nabuco os últimos dias de Machado:

“Na manhã do dia anterior, estando eu com ele no quartinho do pavimento térreo da casa em que padeceu e faleceu, ele sempre com a ideia da morte presente, disse-me:

– Veríssimo, você mande contar este desfecho aos amigos que estão fora – e nomeou-o, Sr. Nabuco, em primeiro lugar.

Uma das suas últimas alegrias, ainda claramente manifestada, foi ouvir de Graça Aranha a leitura da sua carta sobre o *Memorial de Aires*. Ainda falou do Sr. com o carinho de sempre, ouvindo as suas palavras depois”.

E depois da morte:

“O seu enterro foi um triunfo e jamais no Brasil um puro intelectual, um escritor, morrendo, despertou na alma nacional tal comoção. Não preciso dizer-lhe que o Sr. esteve sempre presente no nosso espírito nestes momentos angustiosos. Todos tínhamos o mesmo sentimento: do abalo e do pesar que a morte do Machado lhe ia causar, e todos sentíamos a sua ausência da nossa família literária neste momento doloroso, e de uma grande saudade sua”.

A morte de Machado é comentada no diário de Nabuco: “Recebi esta tarde telegrama do Rio Branco. Faleceu hoje Machado de Assis. Bom amigo. Ontem eu havia escrito ao Graça sobre ele”. Telegrafo a Rio Branco: “O Brasil perde sua maior glória literária, nós amigo querido”.

Com a morte de Machado Nabuco escreve a Graça Aranha: “O Machado dava-me notícias da Academia, agora já não sei mais quem dará. Suponho que virão somente do Itamaraty, pedindo o voto à última hora”. Mas tinha um prognóstico otimista da Casa: “Espero que a função dela se manterá de ser um Pantheon em vida, mas com caráter literário bem acentuado”.

Um ano antes de morrer, em 21 de dezembro de 1909, Nabuco escreve à Graça Aranha pedindo que lhe escreva: “eu vivo muito só”.

Nabuco continuou sempre interessado pela Academia, como revelam as cartas que escrevia, seja aos amigos, seja aos candidatos que lhe pediam o voto. No último ano de vida, negando o voto a um candidato para votar em outro: “Com prazer lhe daria o meu lugar, mas tenho amor à Academia pelo Machado”.

Abrindo os trabalhos do ano acadêmico de 1910 em 7 de maio, José Veríssimo na Presidência declara de forma lacônica

“que é seu dever comunicar oficialmente à Academia o falecimento do seu preclaro consócio Joaquim Nabuco. É desnecessário repetir neste momento o louvor do grande escritor e a saudade que deixou o querido companheiro. Todos os presentes conheceram-no e amaram-no, e sentem o que não poderiam exprimir as palavras que ora disse. Na conformidade do regimento declara aberta a vaga de Joaquim Nabuco e marca o prazo de dois meses, a contar da presente data, para a apresentação de candidatos”.

Luiz Murat, numa página cruel, ao comentar a correspondência organizada por Graça Aranha, explicava as relações de Nabuco com Machado:

“Não sei como explicar a admiração e a ternura de Nabuco por Machado. Um era a síntese desse apostolado desinteressado, desse irradiar constante de simpatia, de desprendimento, de solidariedade pelos seus irmãos infelizes, pregados à cruz, de que deviam descer mais tarde ou mais cedo. O outro, a personificação do desdém, a revolta contra a própria constituição física, o orgulho, autor dessa constituição, gérmen remoto do desequilíbrio, da descontinuidade

ou hiatos, nas combinações dos elementos que prepararam o homem para a saúde, para a vida, para as reações fortes e sadias da matéria.

Atribuo, pois, tal admiração ao pendor, à simpatia que o espírito de Nabuco sentia pelos infelizes. Eram a cor e a doença que moviam o coração de Nabuco. Ia até ao sacrifício, à abnegação, ao alheamento de si próprio. O amor pelos que sofrem era uma das molas do seu temperamento equânime e beneficente, a consolar, a bem-fazer [...], e torna-se o apóstolo da libertação dos escravos”.

Morto Machado em 1908 e Nabuco em 1910, só treze anos mais tarde será publicada a correspondência. A morte de Machado deve ter sido cruel para Graça Aranha e a de Nabuco foi um golpe muito mais forte. Três dias após escreveria à filha: “A morte de Nabuco é para mim a perda de meu melhor amigo. Ele foi para mim o primeiro dos homens de nossa pátria, o mais completo, o mestre, o guia, o exemplo, a admiração, o entusiasmo”.

A organização da correspondência de Machado de Assis e Joaquim Nabuco parece resultado de um esforço especial de Graça Aranha, a que deu todo o empenho. Não há referências à feitura do trabalho antes de 1922; durante a prisão pelo envolvimento dos movimentos revolucionários de 22, aproveitara o tempo para escrever a introdução. Confessou que “foi uma dedicação discreta e intensa, características incomuns no seu modo de compor”. “Concebia o trabalho como um estudo psicológico de ambos os homens, um estudo da sensibilidade desses escritores, da sensibilidade nacional”.

No prefácio à terceira edição da *Correspondência entre Machado de Assis e Joaquim Nabuco*, com o título expressivo de “As Duas Repúblicas”, o Acadêmico José Murilo de Carvalho demonstrou como a Academia foi o objeto principal desta correspondência. Inicia-se por carta de Nabuco, aos 15 anos, aluno do Colégio Pedro II, agradecendo a Machado referência

aos seus versos publicada na Revista *Ao Acaso*. Até 1889, durante 33 anos, são apenas seis cartas, mas com a criação da Academia e a ida de Nabuco para o exterior a correspondência se tornou frequente. Entre as 47 cartas, 37 eram relativas à Academia. Eram temas a instalação, a falta de recursos, a escolha de candidatos e as eleições.

E Graça Aranha assim conclui a apresentação da *Correspondência*:

“A fé religiosa de Joaquim Nabuco e a dúvida materialista de Machado de Assis foram os baluartes em que se refugiaram os dois heróis espirituais. Não quiseram transpor-lhes as muralhas. Não foram possuídos da tentação de ser Deus, não gozaram a áspera volúpia de criar o Universo, de comandar e serem obedecidos, de pensar sobre os destinos humanos”.

Na sucessão de Joaquim Nabuco ocorreu escolha que talvez não tivesse sido desejada pelo antecessor. Não se tem notícia de como surgiu a candidatura do General Dantas Barreto, mas o fato é que, em 10 de setembro de 1910, quando da eleição de Hermes da Fonseca, ele já era falado como o futuro Ministro da Guerra e deixaria o cargo no ano seguinte, para participar das “salvações estaduais” como Governador de Pernambuco (1911-1915). Há indicações de que ele prometera doar o prédio do Palácio Moroe para a Academia, pois Oliveira Lima veicula que

“a Academia escolheu Dantas Barreto por ser Ministro da Guerra e sobretudo por haver prometido, segundo propalava o Coelho Neto, obter o chamado Palácio Monroe – Pavilhão de Exibição – para sede de uma companhia que era então composta de frades medicantes”.

Dantas Barreto tinha várias obras, um drama “A Condessa Hermínia” em 1833, um romance *Margarida Nobre* em 1866 e vários livros de cunho militar como *A Última expedição a Canudos* (1898) e *Impressões Militares* (1910).

Nessa sucessão atribuiu-se a Rio Branco o apoio a Dantas Barreto. Em carta a um amigo desmentiu a versão, dizendo “preferir pessoas como Quintino Bocaiúva ou outro homem desse porte nas letras e na política”.

Inscreveram-se na vaga além do General Dantas Barreto, também dois pernambucanos, Regueira da Costa e Alfredo de Carvalho. Silvio Romero autoriza Arthur Orlando votar em Alfredo de Carvalho. Oliveira Lima afirmava “não me pesa na consciência ter contribuído para dar a Nabuco semelhante panegirista: votei em Alfredo de Carvalho, apesar deste ter tido a fraqueza de retirar a sua candidatura diante do soldado de Canudos”. Ambos desistem. Quando da eleição, Graça Aranha comentara “que assalto à Academia” e recusa o pedido de Coelho Neto para votar no general.

O discurso de Dantas Barreto na sucessão de Joaquim Nabuco em 7 de janeiro de 1911 é repleto de ironias, relatando inicialmente que, quando Nabuco veio ao Brasil em 1906 se encontrava em Mato Grosso “conduzindo batalhões e bocas de fogo para restabelecer a harmonia de uma população” e nem sequer pode ver “os estragos que o tempo havia produzido nesse moço elegante, de uma beleza insinuante e atraente que até aos homens impressionava e atraía”.

Afirma que sua eleição seria uma homenagem ao Exército, que depois de algumas considerações genéricas sobre a vida de Joaquim Nabuco, fazia afirmações curiosas:

“sua educação literária foi desde o começo encaminhada para centros de maior atividade, para outras civilizações mais ruidosas, sem que talvez ele mesmo percebesse a intenção de quem o guiava

para esse destino. Já resultava conhecer melhor o francês e o inglês, do que a língua do seu país que lia relativamente pouco”.

E noutro passo:

“E, contudo, se fosse mister isolar-se das grandes fascinações que estragam a alma e o corpo, que constituem a suprema felicidade de quem nunca soube o que eram restrições aos seus desejos saciados, Joaquim Nabuco não resistiria decerto, se tivesse que embrenhar-se na solidão de um país selvagem como Humboldt ou Euclides da Cunha, nas sombrias regiões dos Andes ou das florestas amazônicas brasileiras, não suportaria um mês. Matava-o a nostalgia desse tumultuoso meio onde formava o seu espírito delicado”.

Apontava ademais que “era um mundano dos mais requintados e vitoriosos, que passara por todas as sensações violentas dos meios mais exigentes na Inglaterra, como na França. Na Itália, como nos Estados Unidos da América do Norte”. E de sua educação literária “daí resultava conhecer melhor o francês e o inglês do que a língua do seu país que lia relativamente pouco”.

Mas acentuava o papel político:

“descortinou com amplitude e sagacidade a multidão de nossos erros. E foi, talvez, dos estadistas brasileiros, o que melhor os caracterizou, profligando os nossos males institucionais e traçando o quadro fiel das taras hereditárias que maculavam o nosso organismo representativo”.

E concluía:

“dizem que Joaquim Nabuco não foi bem um escritor profissional, um poeta, um artista, como entendem os conhecedores dessa técnica do belo. Não posso entrar nessa apreciação escabrosa, tanto mais quanto fiz uma leitura superficial das obras, também porque falta competência para julgá-la”.

Carlos de Laet no discurso de resposta contesta a afirmação de Dantas Barreto, mostrando que foi a personalidade dele que a Academia escolhera, relata o seu papel no Exército e aproveita a oportunidade para contestar o monarquista que aceitara um emprego do governo republicano.

Diz então Carlos Laet:

“Quando Nabuco sempre vitorioso pelo donaire e pela fidalguia, sempre festejado como exigiam os seus elevados méritos, incomparáveis dotes pessoais, quando Nabuco, em torno de si via-se estrondear-se os aplausos dos seus antigos adversários, claro é que meu coração já não podia estar com ele, porque o meu ficara no penhasco onde ele me assinalara o posto de honra”.

E numa comparação militar, prossegue:

“Imaginai, General e Confrade, que apenas sois uma praça de pré, sentinela postada nas linhas extremas de um acampamento, após temeroso desastre que vos impõe dobrada vigilância [...] A noite é escura e bem escura é aquela em que ainda nos achamos, pois anoiteceram os princípios e bruxuleia a fidelidade aos ideais. Súbito um vulto transfoge. Fitais a escuridão por lobrigar quem seja [...] Não, não se trata de um simples subalterno. Discernis as insígnias de alto posto. É um chefe, um chefe querido que vai levar aos ad-

versários o contingente do seu mérito e talvez o segredo da vitória [...]. Levais arma à cara e fazeis fogo. Francamente, General, vós teríeis feito o mesmo – e foi o que eu fiz”.

Esta crítica acerba de Carlos Laet foi entendida como uma crítica da Academia e assim comentou pela imprensa Constâncio Alves: “foi a Academia quem fuzilou Nabuco com um tiro disparado por Laet”. O Presidente em exercício José Veríssimo veio a público para esclarecer que a crítica era de caráter pessoal.

Companheiro de farda sucede a Dantas Barreto Gregório da Fonseca, que tinha condições para examinar a obra e a vida do antecessor. De Nabuco traça referência em frase emblemática: “Entre os nossos homens célebres, Joaquim Nabuco destaca-se com distinção rara. A sua vida tem os característicos a obra de arte – unidade e beleza”.

Levi Carneiro, terceiro ocupante da Cadeira 27, traçaria um perfil minucioso de Joaquim Nabuco e mencionaria a dificuldade de assentar-se nesta Cadeira:

“Joaquim Nabuco deixou vaga esta Cadeira, talvez para sempre. Sua sombra envolve-nos a todos os que por ela passarmos. Talvez até o próprio Maciel Monteiro; Nabuco ter-lhe-á tomado o lugar, tornando-se, verdadeiramente, o patrono da Cadeira.

Cada um dos que a ocuparem desejará fixar os traços do predecessor inesquecível, revivendo-lhe a personalidade empolgante. Cada um de nós ficará, assim, mais ou menos, relegado, por seu sucessor imediato, a esquecimento, ou a plano inferior. Os que nem suportaríamos o confronto de personalidades menos destacadas, preferiremos ficar sobrepujados por ele, que é, em nossa literatura, figura singular e incomparável. De mim vos

confesso, desde já, que bendigo minha própria previsão – imaginando que, algum dia, meu sucessor preferirá falar de Joaquim Nabuco a falar de mim”.

Destacaria também o papel político:

“Ele mesmo reconheceu que era político o próprio fundo de sua imaginação. Ninguém viu mais longe, nem mais penetrantemente, o desenvolvimento de nossa vida política. Ninguém apontou, com maior clareza, a persistência dos males resultantes do regime escravagista. Somente ele – o maior apóstolo do abolicionismo – terá percebido que a solução propugnada já não removeria todos os males. Somente ele terá previsto as vicissitudes do regime federativo não realizado oportunamente pelo Império. Somente ele terá percebido, ou percebeu melhor que ninguém, que, preenchida a missão histórica de formar e fortalecer a unidade nacional, cabia ainda ao Império salvá-la, organizando a federação”.

E acentuaria o seu patriotismo:

“Sentindo e amando o Brasil, ninguém o serviu mais devotadamente; ninguém o pôs mais alto em todos os atos e pensamentos.

O que lhe determina e orienta a ação política é o desejo de servir o Brasil, pode mesmo dizer-se, em frase sua – o desejo de realizar ‘alguma coisa em que o país se reveja com a consciência satisfeita’. Não lhe basta a própria satisfação íntima do dever cumprido. Ao que aspira é a contentar a sua gente, o seu país, de sorte que este se reveja em sua obra – ‘com a consciência satisfeita’.

Seu devotamento ao serviço do Brasil culminou em a defesa da questão da Guiana, apaixonou-se pela causa. Afirmou nela a índole

de advogado. Tratou-a com o entusiasmo habitual; confessou que nada sabia fazer sem o concurso da profunda convicção e do seu entusiasmo. E desse caso, pode dizer: Fiz tudo o que me era possível, empenhando no meu trabalho toda a minha vida, dando-lhe todo o meu amor”.

No discurso de resposta, Alcântara Machado assinala o papel de Nabuco na criação da Academia:

“Era com a latitude que às Letras confere Descartes no Discurso de Método, era assim que ele concebia o Instituto de cuja fundação participara. Queria franqueá-lo aos valores autênticos da nacionalidade que tivesse como denominador comum o espírito. Sonhava à maneira de um Senado do pensamento brasileiro”.

Levi Carneiro voltaria ao tema em 1960, em sessão especial da Academia. Após tratar do período de ostracismo diria:

“Sobrevem então a Academia. Não seria para ele a satisfação da vaidade de literato, sim a expressão social e política da cultura. É uma coincidência fortunada que precisamente se abrisse para acolhê-lo e confortá-lo, nos dias depressivos que vivia, a sala da *Revista Brasileira*, de José Veríssimo e, depois, dali, a Academia. Foi-lhe providencial esse refúgio, essa obra duradoura, a que se dedicasse com o costumado entusiasmo, a paixão pela inteligência, pela beleza, pela terra natal. Ele caracterizou a Academia, fixou-lhe o sentido, a orientação, os rumos; fê-la duradoura e imperecível. Numa sugestão secundária, deixaria a marca da continuidade, da tradição que a Academia haveria de estabelecer, ao propor a designação do patrono de cada Cadeira.

De resto, se para ele foi providencialmente oportuna a criação da Academia, para a própria Academia foi decisiva – digamos, como ele próprio estimaria que se dissesse, terá sido um favor de Deus – a sua presença entre os que a fundaram, no momento preciso em que ele mais se lhe poderia dedicar pessoalmente”.

E em comentário:

“Por igual, não esquecia o encanto das afinidades pessoais na Academia quando lhe realçava a missão política. Na correspondência com Machado de Assis frequentemente designa os acadêmicos que mais preza, ou os que ele desejaria ver na Academia, pela expressão ‘um dos nossos’”.

Na conclusão:

“Decorrido meio século (1960), podemos dizer que se ele aqui sempre esteve, de agora em diante mais intensa lhe sentiremos a presença e o convívio, os que nunca trataram com ele até os que nem o viram, todos os que nos reunimos aqui sob a sua definição do alto sentido desta instituição em que transfundiu alguma coisa de sua própria personalidade.

Quero crer que o próprio Joaquim Nabuco gostaria desse ambiente, haveria de lhe ter sentido a falta, nas sedes precárias que a Academia foi tendo. Talvez por isso, teria dito, alguma vez, que na antiga sala da *Revista Brasileira* era melhor que na Academia”.

A Levi Carneiro sucede Otávio de Faria que aponta:

“de todos os seus detratores triunfa Nabuco em sua integridade de espírito, em sua fidelidade a si mesmo. E aí está ainda hoje – e hoje mais do que nunca – na sua figura de corpo inteiro, talvez o maior que tenhamos pelo seu conjunto de pensador e de político, de homem de ação e de escritor, de memorialista e de diplomata, de estilista que manejou a palavra com mais arte – lembro apenas a evocação de Massangana – e com mais força persuasiva – basta re-ler seus discursos da campanha abolicionista – de pessoas cuja finura e cuja cultura – não nos esqueçamos de que representou a operação de Nabuco no Parlamento – marcou um dos pontos mais elevados a que chegamos neste país”.

O atual ocupante da Cadeira 27, Eduardo Portella, empossado em agosto de 1981, ressaltou:

“Nabuco é o intelectual orgânico, cuja bússola política movimentava-se norteada por indicações éticas. Com ela, chega ele à cena pública e, acompanhado por ela, sabia retirar-se nos momentos oportunos, sem conceder o que não se concede, sem trair, sem falsificar. O vigor moral do seu discurso não deixa dúvida quanto à lisura e à honradez das relações matinais entre o intelectual e o poder no Brasil. É que para o antiáulico Nabuco, o político eticamente respaldado, o escritor livre, o poder constitui um valor transitivo, tanto mais necessário quanto mais se fizer sinônimo de serventia pública”.

A Academia inaugurou em 12 de junho de 1912, em sessão solene, os bustos de Machado de Assis, Joaquim Nabuco e Lúcio de Mendonça, obra do artista Jean Magrou.

O Presidente José Veríssimo iniciou a cerimônia: “A Lúcio de Mendonça, a Machado de Assis e a Joaquim Nabuco deve principalmente a Academia a sua existência”. E de Lúcio de Mendonça diria ser “o poeta e o sondador que misturou às suas paixões políticas o seu sentimentalismo romântico. Foi o fundador da Academia”.

Quanto a Machado de Assis: “deu à invenção de Lúcio de Mendonça o apoio decisivo da sua adesão. E a sua adesão calorosa, para o temperamento tão avesso, aos nossos fáceis alvoroços traduziu-se num constante e caprichoso apreço à Academia”.

E testemunharia José Veríssimo:

“Segundo lhe ouvi, ele imaginava-a como um elemento de conservação da nossa unidade nacional, uma força de defesa do nosso falar vernáculo e da nossa unidade literária. E ninguém certamente mais digno do que Machado de Assis, de apadrinhar este generoso ideal”.

Falaria então de Joaquim Nabuco:

“Joaquim Nabuco, o vigoroso e gentil espírito, o grande idealista que soube fundir numa obra de rara elevação e de suprema elegância todas as cambiantes do seu forte pensamento, trouxe à ideia de Lúcio de Mendonça o concurso precioso do seu prestígio. E mais, sagrou-a ao nascer para a vida e suas lutas, num discurso inaugural, que é um dos primores do gênero nas nossas letras. E fora talvez único se a oração simultânea de Machado de Assis, na sua concisão ática, lhe não disputasse a primazia”.

E concluía dizendo que:

“o orador oficial da solenidade era Souza Bandeira e assim o nosso Confrade Souza Bandeira vos dirá melhor do que eu não poderia fazer, os sentimentos com que a Academia Brasileira, com a vossa gentilíssima audiência comemora hoje estes seus queridos e saudosos companheiros?”

Souza Bandeira relembra:

“há quinze anos, na sessão de abertura da Academia, Machado de Assis, o seu Presidente, e Joaquim Nabuco, o seu Secretário-Geral, cargos que conservaram até deixarem para sempre esta Companhia e este mundo, traçaram em nobilíssimas palavras a rota que devia seguir a nossa corporação.

Machado de Assis, cuja ironia sorridente mal disfarçava uma alma generosa e meiga, vaticinou dias cheios de vida à instituição que então nascia, a qual buscaria ser com o tempo a guarda da língua e da literatura nacionais. No crepúsculo do século XIX e da própria vida, aquele belo espírito encontrou palavras de bondade com que confiou aos moços a missão de levar a instituição até o século XX, que já começava a despontar, e deste através do dobar eterno dos anos, até a consagração definitiva dos séculos que hão de nascer”.

E falaria de Joaquim Nabuco:

“Joaquim Nabuco, na distinção tão nobre da sua forma, expôs em páginas admiráveis um como programa da Academia, onde demonstrou a sua utilidade, explicou a sua razão de ser, e previamente respondeu, com a superioridade de vistas que sabia ter, a todas as objeções que a malignidade tem depois acumulado contra ela”.

Na oração dizia:

“[...] É quando a vida para, que se tem a plenitude de viver. Ao contrário de tudo o mais, a vida intelectual não é o movimento: é a parada do espírito, a absorção, a dilatação, em um só gozo, em uma só compreensão. *Quieta non movere*.”

Já passou para a Academia a época das lutas iniciais. Agora tem ela firmada a sua individualidade. É indiscutível a sua influência. O ardor com que as mais notáveis personalidades procuram fazer parte dela, a violência mesma dos ataques que lhe são dirigidos, provam suficientemente ser ela uma força nacional.

Não sei se a Academia se pode ainda dizer jovem, nem tampouco se já se pode considerar velha. Quando se trata de coisas do espírito, desaparece a noção do tempo. Que são quinze anos para a eternidade da consagração póstera? Que são quinze minutos para a vertigem da produção intelectual? Como quer que seja, a Academia já chegou à idade da parada do espírito a que se referia Nabuco. Já se pode sentar à beira do caminho e alongar o olhar pelo passado. Nesta hora de recolhimento, pensando na sua criação, não pode esquecer os seus criadores. Eis por que entendeu chegado o momento de, antes de continuar a jornada, deixar hoje aqui plantada, como marco miliário, a sua homenagem aos três altos espíritos a quem deve a sua existência: – Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Lúcio de Mendonça”.

Após afirmar que “foi Lúcio de Mendonça quem teve a primeira lembrança da nossa instituição”, Souza Bandeira analisa os primeiros anos da República, em que ficaram de lado as questões intelectuais, com o desencadear do militarismo, falência nas finanças com a bancarrota do Estado,

o desastre das especulações, desorganização dos partidos políticos, o desrespeito da lei. E acrescenta: “quem se lembraria de fazer versos, escrever ensaios, delinear romances, tratar enfim de coisas de espírito?”.

E surge a criação da *Revista Brasileira*:

“Foi então que José Veríssimo teve a ideia ousada e feliz de fundar a *Revista Brasileira*. Quando, na dispersão geral, ninguém se lembrava de coisas intelectuais, o Diretor da *Revista* levantou a bandeira da cultura, chamando a campo todas as boas vontades. Não se inquiria da idade, posição social, das opiniões políticas, religiosas ou literárias dos colaboradores. O que se exigia era talento, cultura e desejo de trabalhar. Cedo tornou-se a *Revista* o centro para onde concorreram todas as aptidões, o campo em que se reuniam os intelectuais de todos os matizes. Formou-se um ambiente de bom gosto e de civilidade que concorreu muito mais do que se supõe para modificar a nossa barbaria primitiva. A sala da Travessa do Ouvidor tornou-se o ponto de partida de um movimento que se irradiou pelo país inteiro. A hora do chá reuniam-se ali diariamente quase todos os que no Rio de Janeiro se ocupavam de coisas do espírito. Era de ver como os Barões, os Viscondes e os Conselheiros conversavam familiarmente sobre política com jovens jacobinos de chapéu desabado. Ateus impenitentes discutiam religião com fervorosos católicos. Os sobreviventes do romantismo, os parnasianos impassíveis e os tenebrosos simbolistas fraternizavam docemente, movidos pelo mesmo amor à poesia, que cada um entendia ao seu modo. E até, inverosímil coisa, gramáticos inveterados trocavam ideias sobre colocação de pronomes, sem se julgarem obrigados a trocar insultos! Desapareceu a *Revista Brasileira* no meio da indiferença que a grande massa revela entre nós por tudo o que excede das

coisas vulgares. Ficou, porém, indelével, o traço forte que ela deixou no desenvolvimento da nossa mentalidade”.

E em seguida trata da iniciativa de Lúcio de Mendonça:

“O espírito entusiasta de Lúcio de Mendonça, percebendo nas boas palestras da *Revista Brasileira* que os nossos intelectuais se podiam encontrar para tratar de coisas do espírito, apertando os laços que os uniam, teve a ideia de fundar a Academia Brasileira, ideia que, segundo afirmam, tinha passado muitas vezes pelo espírito de D. Pedro II.

Com a energia de que dispunha, reuniu elementos, expediu convites, aplainou dificuldades, dissipou escrúpulos, animou boas vontades, desfez receios e poucos meses depois estava fundada a Academia. Neste movimento inicial, teve Lúcio de Mendonça a colaboração decisiva de Machado de Assis, que consagrou à Academia todo o vigor do seu belo espírito, e de Joaquim Nabuco, que lhe ofereceu o ardor simpático com que se devotava às causas.

Dadas as dificuldades que entre nós se deparam acometimento desta ordem, só um temperamento como o de Lúcio de Mendonça poderia levar a efeito a fundação da Academia. Outros, possuindo qualidades que talvez lhe faltassem; poderia fazer a instituição chegar a sua fase atual. Era necessário, porém ser um sonhador e um combatente para tirar do nada a sua formação”.

Depois se volta para Joaquim Nabuco:

“O terceiro busto que hoje inauguramos é o de Joaquim Nabuco. A Academia lhe devia testemunhar de modo solene a sua grati-

ção, e por vir um pouco tardia, a cerimônia de hoje é quase uma reparação.

Não sei que fada presidiu ao nascimento desse homem a quem nada faltou na vida para ser completo. A beleza física sempre o acompanhou desde a mocidade, volvendo com a mudança de idade. A distinção de maneiras; a correção fidalga dos gestos e atitudes, a natural e despreendida elegância, faziam dele um tipo de outra civilização, formando o modelo perfeito, perdoai-me a irreverência do barbarismo, do que deve ser um *gentleman*. O seu talento era superior. A sua cultura vastíssima. Explorou quase todas as províncias da literatura. Foi poeta, historiador, crítico, publicista. Como orador obteve verdadeiros triunfos. Na praça pública arrastou as multidões. No Parlamento os seus discursos ficaram como modelos de eloquência, elegância e elevação. As suas orações acadêmicas são a glória da nossa companhia e seriam a honra de qualquer Academia. Nas suas conferências não se sabe o que mais admirar, se a beleza da forma, se a elevação dos conceitos”.

E tratando da Abolição:

“Moço ainda, sentiu o referver das paixões populares, sorveu a embriaguez da aclamação das turbas dominadas pela sua eloquência, e pôs tudo isso ao serviço da grande causa da abolição.

Todos vós sabeis qual foi o seu papel nesse período épico da nossa história. A sua pena cintilava na imprensa, a sua palavra quente e formosa ecoava nos comícios ou na Câmara, o seu espírito atilado fazia combinações com os elementos que podiam aproveitar à causa.

Todos os meios serviram para ativar o grande acontecimento a que deixou imperecivelmente ligado o seu nome. Pôde ver realiza-

do o seu sonho, e em 13 de maio triunfou ao lado dos seus companheiros, encarnando então a alma nacional”.

Referindo-se aos livros:

“*Um Estadista do Império*, obra sem par na nossa literatura, síntese admirável de toda a história constitucional do Brasil, cheia de vistas largas sobre a nossa evolução política, penetrada de um grande amor filial, mas ao mesmo tempo povoada de retratos vivos das principais figuras do segundo Reinado.

É o seu delicioso livro *Minha Formação*. Recordai-vos como devorávamos os artigos em que foi a princípio publicado na *Revista Brasileira*, penetrados da elegante filosofia dos conceitos, enlevados pelo bom gosto da forma encantadora?

Bom gosto é principalmente a qualidade dominante do seu feitio literário. Tão pouco habituado andamos a essa distinção, raríssima no nosso meio de agitados e apopléticos, que devemos constantemente recorrer aquele livro para repousar o espírito de tanta literatura inchada. Livro como *Minha Formação* não o possui outro no seu gênero, a nossa literatura”.

E comentando esses dois livros:

“Estes dois livros admiráveis, dos quais nunca se falará bastante nesta casa, não absorveram, porém, a sua atividade, que coincidiu, então, com a florescência da *Revista Brasileira*. Nabuco não esquecia a sua qualidade de homem de ação, e tinha a sua atenção voltada para as coisas políticas. Escreveu o seu belo perfil de Balmaceda, esplêndido trabalho da psicologia política. Analisou na *Intervenção*

Estrangeira os documentos diplomáticos relativos à Revolta de 1893, e demonstrou que foi graças ao auxílio das esquadras estrangeiras que ela pode ser dominada”.

E analisa o retorno à vida pública:

“A sua volta à atividade política foi ainda uma nova série de triunfos. Secundando a ação imortal de Rio Branco, forçou a entrada do Brasil no convívio das nações americanas. Criou para a nossa pátria um ambiente internacional. Só com o prestígio da sua fúlgida pessoa, o nosso embaixador em Washington conquistou para o nosso país uma posição igual à das grandes potências do mundo”.

E aprecia o último livro:

“Não me sobra tempo para dizer do seu último livro *Pensées Detachées*, produzido durante a sua ausência da pátria. Ainda um terceiro livro, único no gênero em nossa literatura. Único pela vernaculidade tão bem manejada, que iludiu os próprios mestres da língua francesa. Único pela elevação do pensamento, pela penetração da sua análise, pela profundidade dos conceitos. Basta dizer que no gênero, até agora, nós só tínhamos as *Máximas*, do Marques de Maricá. Único ainda, pela sinceridade dos sentimentos, a qual deixa a nu a profunda evolução do seu espírito, que passou gradualmente do cepticismo para a crença, sem perder nunca o fundo essencial de tolerância e de cordura. Seja qual for o ponto de vista religioso de quem o ler, a ninguém deixarão de comover as páginas admiráveis em que ele explica “como pode reunir no coração os fragmentos quebrados da cruz, e com eles recompor os sentimentos esquecidos da infância”.

E após elogiar o trabalho do escultor Jean Magrou, destaca a contribuição dos três grandes espíritos:

“O papel das instituições como a nossa é manter bem alto o facho da cultura. Quer os grandes espíritos, como os que hoje celebramos, quer os que lhes podem apenas dar a expressão de sua silenciosa admiração, são todos manifestações da mesma força, poderosa e irresistível, que arrasta no turbilhão toda a humanidade. Integrando-nos todos nesta força, teremos cumprido o nosso dever. E como ainda dizia Joaquim Nabuco: “Somos uma gota de água no oceano. Tenhamos consciência de que somos gora de água, mas também a tenhamos de que somos oceanos”.

A atuação de Joaquim Nabuco na Academia pode ser abrangida na expressão de Aníbal Freire

“na sua ação cultural, menor da extensão do que a de outros, porém atraente como poucas, pela variedade e destreza, representa um dos pontos altos da intelectualidade brasileira. Não lhe cabe senão pelo abolicionismo conquistar os favores da popularidade. Toda a sua atividade posterior se desenvolveu ao abrigo dos estímulos da multidão. Por isso sua ação se confina no domínio puro do pensamento. Ninguém o excederá nesse terreno e a sua influência se há de se fazer sentir na proporção de suas ideias pelo livro, pela tribuna, pela cátedra”.

Num curto espaço de tempo faleciam Machado de Assis (1908), Euclides da Cunha (1909) e Joaquim Nabuco (1910); Domício da Gama teria frase tocante:

“Machado de Assis, Euclides da Cunha e Joaquim Nabuco fazem falta ao meu coração de brasileiro confiado no futuro de uma nação que teve dessas inteligências. Mas Nabuco era sem dúvida o maior porque tinha o orgulho que é a espinha dorsal dos vitoriosos”.

Em análise percuciente sobre Nabuco e a Academia, Eduardo Portella apontava o encontro de Nabuco e Machado:

“Quando Joaquim Nabuco juntou-se a Machado de Assis, para fundar a Academia Brasileira de Letras, deu lugar a um encontro perfeitamente previsível. Dois espíritos superiores reuniram-se para erguer uma instituição que se ocupasse da proteção da língua portuguesa e da literatura brasileira. Não pensaram em nada que pudesse fazer o jogo do chauvinismo luso ou de um prematuro fundamentalismo brasileiro. Tratava-se de unir as nossas forças intelectuais, no enalço do Brasil altivo e ativo. Jamais contemplativo.

Se Nabuco foi antes o intelectual público, e Machado, o obstinado decifrador da alma humana, nem por isso se apagaram as afinidades tecidas no interior de uma realidade mesclada, de um nacional cosmopolitismo, simultaneamente, ambicioso e sereno”.

E após estudar a trajetória de Nabuco concluía: “É desses Nabucos, desses homens livres e qualificados, que se constitui a legitimidade e a perenidade da Academia Brasileira de Letras”.

 DISCURSO



Joaquim Nabuco

Discurso de Joaquim Nabuco

☞ DISCURSO PROFERIDO NA QUALIDADE DE
SECRETÁRIO-GERAL NA INAUGURAÇÃO DA ACADEMIA
BRASILEIRA, EM 20 DE JULHO DE 1897.

Meus Senhores,

Uma vez que conversávamos sobre os nossos estatutos, achei ousado darmos, como tranquilamente se propunha, o título de *perpétuo* ao nosso secretário; pensava eu então no constrangimento do nosso colega a quem tocasse lançar aquele soberbo desafio ao nosso temperamento. Não imaginava estar falando em defesa própria. A primeira condição de perpetuidade é a verossimilhança, e o que tentamos hoje é altamente inverossímil. Para realizar o inverossímil, o meio heroico é sempre a fé; a homens de letras que se prestam a formar uma Academia não se pode pedir fé; só se deve esperar deles a boa-fé. A questão é se ela bastará para garantir a estabilidade de uma companhia exposta como esta a tantas causas de desânimo, de dispersão e de indiferentismo. Se a Academia florescer, os críticos deste fim de século terão razão em ver nisso um milagre; terá sido, com efeito, um extraordinário enxerto, uma verdadeira maravilha de cruzamento literário.

A nossa formação não passará incólume; seremos acusados de nos termos escolhido a nós mesmos, de nos termos feito *Imortais* e em número de *quarenta*. Se não tivéssemos quadro fixo, recearíamos não ser uma

companhia. Tendo-o, e sendo menos de quarenta, como não se diria: “A Academia Francesa, que é a Academia Francesa, e se reúne em Paris, precisou de quarenta membros para existir; e entre nós, onde ninguém se reúne, no Rio de Janeiro, donde se vive em Paris, julgamos poder ter só vinte ou trinta?” Se fôssemos mais, estais ouvindo o tom de desdém: “A França, que é a França, só tem quarenta acadêmicos, e nós, que não temos quase literatura, temos a pretensão de ter cinquenta.” O número de quarenta era quase forçado, por que não dizê-lo? Tinha a medida do prestígio, esse *quê* simbólico da tradição, o cunho do *primi capientis*. As proporções justas de qualquer criação humana são sempre as que foram consagradas pelo sucesso. Não tomamos à França todo o sistema decimal? Podíamos bem tomar-lhe o metro acadêmico. Nós somos quarenta, mas não aspiramos a ser *os Quarenta*.

Quanto à escolha própria, como podia ser evitada? Nenhum de nós lembrou o seu próprio nome; todos fomos chamados e chamamos a quem nos chamou... Houve uma boa razão para nos reunirmos ao convite do Sr. Lúcio de Mendonça; é que, exceto essa, só havia outra forma de apresentação: a oficial. Não seria decerto mais inspirada, podia não ser tão ampla, a nomeação por decreto, e uma eleição pública havia de ressentir-se da cor local. De qualquer modo que se formasse a série dos primitivos, a origem seria imperfeita; resultariam iguais injustiças. Não temos de que nos afligir: todas as Academias nasceram assim. Que era a Academia Francesa quando a Richelieu ocorreu insuflar-lhe o seu gênio, associá-la à sua missão? Era uma reunião de sete ou oito homens de espírito em Paris. E as Academias, as Arcádias todas do século passado? Qualquer pretexto é bom para nascer... Não se deve inquirir das origens. Quando a vida aparece, é que o inconsciente tomou parte na concepção, e com a vida vem a responsabilidade, que enobrece as origens as mais duvidosas. Quem nos lançará em rosto o nosso nascimento, se fizermos alguma coisa; se justificar-

mos a nossa existência criando para nós mesmos uma função necessária e desempenhando-a? Acaso tem o ator que provar ao público o seu direito de existir? Não basta a emoção que desprende de si e faz passar por todos nós? E o pintor, o escultor, o poeta? Não basta a obra?

Na formação do primeiro quadro era preciso atender à proporção de ausentes. A Europa exerceu sempre sobre a imaginação dos nossos homens de letras uma atração perigosa. Houve, talvez, tempo em que Magalhães, Gonçalves Dias, Porto-Alegre, Odorico Mendes, João Francisco Lisboa, Sales Torres-Homem, Maciel Monteiro, Gomes de Souza, Varnhagen, Joaquim Caetano, Pereira da Silva podiam ter formado uma Academia Brasileira em Paris. Isso vinha de trás, e continua hoje com mais força. Bem poucos dos nossos homens de letras recusariam em qualquer tempo um desterro para longe do país. Há felizmente muitos entre nós, quem de coração, de sentimento, pela imaginação, pelo espírito, por todo o prazer de viver, prefira o quadro, o aspecto, a sensação do nosso torrão brasileiro a todos os panoramas de arte da Europa. Para se ser assim tão sincero, tão definitivamente brasileiro — em alguns isso vem de uma reação natural contra o egoísmo estético —, parece, a julgar pelo nosso confrade, o autor da *Retirada da Laguna*, que o melhor é ter tido no sangue a inoculação da própria arte europeia. Como quer que seja, foi preciso contar com essa migração certa do talento nacional, com esse tributo que ele pagou sempre a Paris.

Havia também que atender à representação igual dos antigos e dos modernos... Uma censura não nos hão de fazer: a de sermos um gabinete de antigualhas. A Academia está dividida ao meio, entre os que vão e os que vêm chegando; os velhos, aliás sem velhice, e os novos; os dois séculos estão bem acentuados, e se algum predomina é o que entra; o século XX tem mais representação entre nós do que o século XIX. Quanto a mim, já tomei o meu partido... Uma vez me pronunciei entre os dois e, como o fiz no livro de

uma jovem senhora do nosso patriciado, pedir-lhe-ei licença para reproduzir, creio que nos mesmos termos, essa minha última profissão de fé. “Nascido em uma época de transição, prefiro em tudo, arte, política, religião, ligar-me ao passado, que ameaça ruína, do que ao futuro que ainda não tem forma...” É apenas, como vedes, uma preferência; resta-me ainda muita simpatia pelas quimeras que disputam umas às outras o toque da vida, e muita curiosidade pelas invenções e revelações iminentes. Eu não sou o poeta do quadro de Gleyre, vendo passar a barca das ilusões, dourada pelo crepúsculo da tarde, e abismado no seu próprio isolamento; o coração, que é a parte fixa de nós mesmos, está em mim voltado para o céu estrelado, para a cúpula de verdades imortais, de princípios divinos, que sucede ao trabalho, aos esforços, às ardentes decepções do dia... É quando a vida para, que se tem a plenitude do viver. Ao contrário de tudo o mais, a vida, falo da vida intelectual, não é o movimento; é a parada do espírito, a absorção infinita do pensamento em um só objeto, em um só gozo, em uma só compreensão. *Quieta non movere*. Serei talvez um velho imaginário; é o meio de não ser um jovem imaginário. Há na vida uma coisa que não se deve fingir: — é a mocidade.

Devo confessar-vos que assim pensada, com uma ou outra lacuna, das quais algumas se explicam pela recusa dos escolhidos, e com uma exceção apenas, a nossa lista de nomes parece representar o que as nossas letras possuem de mais distinto. Algumas das nossas individualidades mais salientes nos estudos morais e políticos, no jornalismo e na ciência, deixaram de ser lembradas... A literatura quer que as ciências, ainda as mais altas, lhe deem a parte que lhe pertence em todo o domínio da forma. Outros nomes, estes literários, estão ausentes; alguns, porém, renunciaram às letras. Devo dizer que compreendo a omissão destes: a uma Academia importa mais elevar o culto das letras, o valor do esforço, do que realçar o talento e a obra do escritor. Decerto, deixamos ao talento a liberdade de se apagar. Alguém fez uma bela obra? Admiremos a obra e

deixemos o autor viver como toda a gente; não o forcemos, querendo que se exceda de si mesmo, a refazer-se, uma e mais vezes, a viver da sua reputação, diminuindo-a sempre. Não o condenemos à série, deixemo-lo desaparecer na fileira, depois de ter feito uma brilhante ação como soldado. A altivez do talento pode consistir nisso mesmo, em não diminuir. É a primeira liberdade do artista, deixar de produzir; não, porém, renunciar a produzir, repelir a inspiração, abdicar o talento, deixar a imaginação atrofiar-se. Isso é desinteressar-se das suas próprias criações anteriores, as quais só poderão viver no futuro se perdurar essa cultura, que perdeu para ele toda a primazia e encanto.

Não há em nosso grêmio omissão irreparável; a morte encarrega-se de abrir nossa porta com intervalos mais curtos do que o gênio ou o talento toma para produzir qualquer obra de valor. Nós, os primeiros, seremos os únicos acadêmicos que não tiveram mérito em sê-lo: quase todos entramos por indicação singular, poucos foram eleitos pela Academia ainda incompleta, e nessas escolhas cada um de nós como que teve em vista corrigir a sua elevação isolada, completar a distinção que recebera: só dora em diante, depois que a Academia existir, depois de termos uma regra, tradições, emulação, e em torno de nós o interesse, a fiscalização da opinião, a consagração do sucesso, é que a escolha poderá parecer um plebiscito literário. Nós de fato constituímos apenas um primeiro eleitorado.

As Academias, como tantas outras cousas, precisam de antiguidade. Uma Academia nova é como uma religião sem mistérios: falta-lhe solemnidade. A nossa principal função não poderá ser preenchida senão muito tempo depois de nós, na terceira ou quarta dinastia dos nossos sucessores. Não tendo antiguidade, tivemos que imitá-la, e escolhemos os nossos antepassados. Escolhemo-los por motivo, cada um de nós, pessoal, sem querermos, eu acredito, significar que o patrono da sua Cadeira fosse o maior vulto das nossas letras. Foi assim, pelo menos, que eu escolhi a

Maciel Monteiro. Nesse misto de médico poeta, de orador diplomata, de *dandy* que vem a morrer de amor, elegi o pernambucano. A lista das nossas escolhas há de ser analisada como um curioso documento autobiográfico; está aí o sentido da minha. Entretanto, como nenhum de nós se preocupou de escolher a maior figura de nossas letras, pode ser que algumas delas não figurem nesse quadro. Teremos meio de reparar essa falta com homenagens especiais. Restam apenas cinco Cadeiras: já não há lugar para entrarem juntos Alexandre de Gusmão, Antonio José, Santa Rita Durão, São Carlos, Monte Alverne, José da Silva Lisboa, Porto-Alegre, Sales Torres-Homem, José Bonifácio, o avô e o neto, Antonio Carlos, J.J. da Rocha, Odorico Mendes, Ferreira de Menezes.

Basta essa curta história de nossa formação para se ver que não podemos fazer o mal atribuído às Academias pelos que não querem na literatura sombra da mais leve tutela, do mais frouxo vínculo, do mais insignificante compromisso. É um anacronismo reear hoje para as Academias o papel que elas tiveram em outros tempos; mas, se aquele papel fosse ainda possível, nós teríamos sido organizados para não o podermos exercer. Se percorreres a nossa lista, vereis nela a reunião de todos os temperamentos literários conhecidos. Em qualquer gênero de cultura somos um México intelectual; temos a *tierra caliente*, a *tierra templada* e a *tierra fria*... Já tivemos a Academia dos Felizes, não seremos a dos Incompatíveis; mas na maior parte das cousas não nos entendemos. Eu confio em que sentiremos todo o prazer de concordarmos em discordar; essa desinteligência essencial é a condição da nossa utilidade, o que nos preservará da “uniformidade acadêmica”. Mas o desacordo tem também o seu limite, sem o que começaríamos logo por uma dissidência. A melhor garantia da liberdade e independência intelectual é estarem unidos no mesmo espírito de tolerância os que veem as coisas d’arte e poesia de pontos de vista opostos.

Para não podermos fazer nenhum mal, basta isso; para fazermos algum bem, é preciso que tenhamos algum objetivo comum. Não haverá nada comum entre nós? Há uma cousa, é a nossa própria evolução; partimos de pontos opostos para pontos opostos, mas como astros que nascessem uns a leste e outros a oeste, temos que percorrer o mesmo círculo, somente em sentido inverso. Há assim comum para nós o ciclo; há o meio social que curva os mais rebeldes e funde os mais refratários; há os interstícios do papel, da característica, do grupo e filiação literária de cada um; há a boa-fé invencível do verdadeiro talento. A utilidade desta companhia será, a meu ver, tanto maior quanto for um resultado da aproximação, ou melhor, do encontro em direção oposta, desses ideais contrários, a trégua de prevenções recíprocas em nome de uma admiração comum, e até, é preciso esperá-lo, de um apreço mútuo.

Porque, senhores, qual é o princípio vital literário que precisamos criar por meio desta Academia, como se compõe a matéria orgânica em laboratórios de química? É a responsabilidade do escritor, a consciência dos seus deveres para com sua inteligência, o dever superior da perfeição, o desprezo da reputação pela obra. Acreditais que um tal princípio limite em nada a espontaneidade do gênio? Não, o que faz é somente impor maiores obrigações ao talento. A responsabilidade não pode ameaçar nenhuma independência, coarctar nenhuma ousadia; é dela, pelo contrário, que saem todas as nobres audácias, todas as grandes rebeldias. Em França a Academia reina pelo prestígio de sua tradição; exerce sua influência pela escolha, pela convivência e pelo tom; mantém um estilo *acadêmico*, como toda a arte francesa, convencional, acabado, perfeito, e que só poderia parecer estreito a um gênio do Norte, como Shakespeare. Mas não é do destino da França produzir Shakespeares... Nós não temos por missão produzir esse estilo, o qual, como toda concepção intelectual, escapa à vontade e ao propósito, pode ser guardado e cultivado, mas não

pode ser criado, obedece a leis de cristalização de cada idioma, à simetria de cada gênio nacional. Nós pretendemos somente defender as fontes do gênio, da poesia e da arte, que estão quase todas no prestígio, ou antes na dignidade da profissão literária... Não tenhamos tanto ciúme do gênio, o gênio há de revelar-se de qualquer modo; ele faz a sua própria lei, cria o seu próprio berço, esconde o seu nascimento, como Júpiter infante, no meio dos seus coribantes.

Além da deferência devida à companhia a que me faziam pertencer, confesso-vos que aceitei a honra que me foi feita atraído pelo prazer de me sentir ao lado da nova geração. Cedi também, devo dizer-vos, à necessidade que sente de atividade, de renovação, um espírito muito tempo ocupado na política e que de boa-fé acredita ter voltado às letras. Na Academia estamos certos de não encontrar a política. Eu sei bem que a política, ou tomando-a em sua forma mais pura, o espírito público, é inseparável de todas as grandes obras: a política dos Faraós reflete-se nas pirâmides tanto quanto a política ateniense no Partenon; o gênio católico da Idade Média está na *Divina Comédia*, como o gênio protestante do Protetorado está no *Paraíso Perdido*, como o gênio da França monárquica está na literatura e no estilo dos séculos XVII e XVIII...

Nós não pretendemos matar no literato, no artista, o patriota, porque sem a pátria, sem a nação, não há escritor, e com ela há forçosamente o político. Até hoje, apesar do cristianismo, que trouxe o sentimento de uma comunhão mais vasta, o gênio nada fez fora da pátria ou, pelo menos, contra a pátria. A pátria e a religião são em certo sentido cativeiros irresgatáveis para a imaginação, condições do *fiat* intelectual. Compreendeis o artista grego que em réplica a Ésquilo esculpisse o Persa? Ou o poeta francês que depois de Sedan cantasse o Alemão? A política, isto é, o sentimento do perigo e da glória, da grandeza ou da queda do país, é uma fonte de inspiração de que se ressentem em cada povo a literatura

toda de uma época; mas para a política pertencer à literatura e entrar na Academia é preciso que ela não seja o seu próprio objeto; que desapareça na criação que produziu, como o mercúrio nos amálgamas de ouro e prata. Só assim não seríamos um parlamento.

Disse-vos, porém, que vim seduzido pelo contato, eu quisera que se pudesse dizer o contágio, dos moços. Como as diferentes idades da vida se compreendem mal uma a outra! — é a observação que vou fazendo à medida que caminho. Asseguro-vos que não suspeitava do que é a vista da mocidade tomada da margem oposta... Os que envelhecem não compreendem mais o valor das ilusões que perderam; os jovens não dão valor à experiência que ainda não têm. Há dois climas na vida, o passado e o futuro. A Academia, como o nobre romano, tem a sua *villa* dividida em casa de verão e em casa de inverno. Podeis habitar uma ou outra, conforme o vento soprar. Eu direi somente a todos os novos espíritos ambiciosos de abrir caminho para a glória: não receiem a concorrência dos mais velhos; sejam jovens e hão de romper tão naturalmente como os rebentos da primavera rompem a casca da árvore enregelada. Basta a mocidade, se for verdadeiramente a vossa própria mocidade que expressardes, para vos dar o nome.

O escritor que chegou à maturidade é, só por isso, o representante de um estado de espírito que preencheu o seu fim. Não há mocidade perpétua, o vosso privilégio está garantido... Quando se fala da mocidade perpétua de um escritor, como Molière, por exemplo, não se quer dizer que não envelheceu, mas que o fundo de verdade humana que ele recolheu e exprimiu continua a ser sempre verdadeiro. Não é que o escritor ou a obra guardasse a sua deliciosa frescura; é que a humanidade, sempre jovem, se reconheceu a si mesma sob os traços de outra época e acha em vê-los o mesmo prazer, se não maior, do que em sua imagem atual. Eu leio em Elisée Reclus: “Acima da sua grande queda o São Francisco possui formas particulares de peixes inteiramente diversas das que vivem

abaixo; o invencível precipício separou as duas faunas”. Não tenhais medo da concorrência... estais acima da grande queda. Uma advertência, porém. Às vezes não são as gerações somente que envelhecem uma após outra; sente-se também envelhecer a raça. A manhã torna-se então incrivelmente curta, como nos trópicos, e o perfume da mocidade cada vez mais inapreensível ao calor do sol que se levanta. “Não há que se apressar nas coisas eternas” é uma dessas admiráveis frases do grande místico inglês. Não vos apresseis em compor a obra que há de conservar para vós mesmos a essência de vossa mocidade.

Eu li há pouco umas páginas, na *Biblioteca* de Buenos Aires, assinadas pelo General Mitre, a quem sinceramente admiro; a ideia é que a literatura hispano-americana não produziu ainda um livro. Que livro, diz ele, se tomaria para uma viagem – eu acrescentarei, para o exílio? Senhores, hoje nenhum de nós se contentaria com um livro; um livro em poucos dias está lido e não gostamos de reler; para uma viagem de dias precisamos levar uma biblioteca... Numa página sedutora, Emile Gebhart pintava ultimamente Cícero, condenado à morte, fazendo esperar a liteira em que se podia salvar, por não saber que livro levasse consigo para os longos instantes da proscrição... Nós podemos compreender-nos na sentença de Mitre: não tivemos ainda o nosso livro nacional, ainda que eu pense que a alma brasileira está definida, limitada e expressa nas obras de seus escritores; somente não está toda em um livro. Esse livro, um extrator hábil podia, porém, tirá-lo da nossa literatura... O que é essencial está na nossa poesia e no nosso romance. O livro não podemos fazer, porque o livro é uma vida; em um livro deve estar o homem todo, e nós não sabemos mais fundir o caráter na obra, sem o que não pode haver criação. Em um certo sentido toda criação é, se não um suicídio, uma larga e generosa transfusão do próprio sangue em outras veias. Temos pressa de acabar. Estamos todos eletrizados; não passamos de condutores elétricos, e o jornalismo é a bateria que faz passar pelos

nossos corações essa corrente contínua... Se fôssemos somente condutores, não haveria mal nisso; que sofrem os cabos submarinos? Nós, porém, somos fios dotados de uma consciência que não deixa a corrente passar despercebida de ponta a ponta, e nos faz receber em toda a extensão da linha o choque constante dessas transmissões universais...

Esperemos que a Academia seja um isolador, e que do seu repouso, da sua calma, venha a sair o livro em que o General Mitre vê o sinal da força, da musculatura literária... Eu pela minha parte não sei que ópera não daria por uma só frase de Mozart ou de Schumann e trocaria qualquer livro por uma dessas palavras luminosas que brilham eternamente no espírito como estrelas de primeira grandeza... A obra de quase todos os grandes escritores resume-se em algumas páginas; ser um grande escritor é ter uma nota sua distinta, e uma nota ouve-se logo; de fato, ele não pode senão repeti-la.

A principal questão ao fundar-se uma Academia de Letras brasileira é se vamos tender à unidade literária com Portugal. Julguei sempre estéril a tentativa de criarmos uma literatura sobre as tradições de raças que não tiveram nenhuma; sempre pensei que a literatura brasileira tinha que sair principalmente do nosso fundo europeu. Julgo, porém, outra utopia igual pensarmos em que nos havemos de desenvolver literariamente no mesmo sentido que Portugal ou conjuntamente com ele em tudo que não depende do gênio da língua. O fato é que, falando a mesma língua, Portugal e Brasil têm de futuro destinos literários tão profundamente divididos como são os seus destinos nacionais. Querer a unidade em tais condições seria um esforço perdido. Portugal, decerto, nunca tomaria nada essencial ao Brasil, e a verdade é que ele tem muito pouco, de primeira mão, que lhe queiramos tomar. Uns e outros nos fornecemos de ideias, de estilo, de erudição e pontos de vista nos fabricantes de Paris, Londres ou Berlim... A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos

tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes; que as nossas empobrecem mais depressa, e que é preciso renová-las indo a eles. A língua é um instrumento de ideias que pode e deve ter uma fixidez relativa; nesse ponto tudo precisamos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias da sua grande época... Nesse sentido nunca virá o dia em que Herculano, Garrett e os seus sucessores deixem de ter toda a vassalagem brasileira. A língua há de ficar perpetuamente *pro indiviso* entre nós; a literatura, essa tem que seguir lentamente a evolução diversa dos dois países, dos dois hemisférios. A formação da Academia é a afirmação de que literária como politicamente somos uma nação que tem o seu destino, seu caráter distinto¹, e só pode desenvolver sua originalidade empregando os seus recursos próprios, e só querendo, só aspirando à glória que lhe possa vir do seu gênio.

¹ Essas ideias devem ser entendidas de acordo com as que expressei em junho de 1895 no banquete em honra a Thomaz Ribeiro e que estão resumidas no seguinte trecho do meu brinde ao poeta de *D. Jayme*:

“Este brinde é complementar ao que se fez à união dos dois países, porque nada liga tanto como a literatura. Portugal não nos presta maior serviço renovando nas veias de nossa nacionalidade a onda indispensável de puro sangue peninsular do que lhe conservando nos lábios o timbre latino dos seus vocábulos. Por uma lei histórica que não procuro explicar, não se imaginaria ainda hoje a civilização mais perfeita e adiantada num galho americano do que seu velho tronco europeu. Não imagina literatura norte-americana mais rica do que a inglesa; uma cultura chilena, colombiana, argentina eclipsando a espanhola; nem — ignoro se há *patriotas* literários nesta reunião — produção literária brasileira avassalando a portuguesa.

Não me recordo de ter lido uma frase mais cheia de verdade moral do que este dito de Milton: ‘Sempre que as palavras de algum povo em parte ofendem o gosto e em parte estão gastas pelo uso ou são imperfeitamente pronunciadas, é isso uma indicação de que os habitantes desse país formam uma raça indolente, que boceja na ociosidade e tem o espírito de muito longe preparado para toda a espécie de servidão; pelo contrário, nenhum Estado deixou ainda de florescer enquanto conservou vivo o interesse e amor pelo seu idioma’...

Saúdo em Thomaz Ribeiro o mestrado das letras portuguesas, que pela primogenitura do idioma comum e direitos que ela confere, há de assinalar por muito tempo a direção, e também o limite, das nossas próprias faculdades: brindo à mais perfeita, profunda e sincera vinculação que se possa dar entre os nossos países: a pureza e a incorruptibilidade da língua, das quais depende, segundo o grande poeta, o próprio instinto de liberdade da raça”.

**PATRONOS, FUNDADORES E MEMBROS EFETIVOS
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS**

(Fundada em 20 de julho de 1897)

As sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras realizaram-se na sala de redação da Revista Brasileira, fase III (1895-1899), sob a direção de José Veríssimo. Na primeira sessão, em 15 de dezembro de 1896, foi aclamado presidente Machado de Assis. Outras sessões realizaram-se na redação da Revista, na Travessa do Ouvidor, n.º 31, Rio de Janeiro. A primeira sessão plenária da Instituição realizou-se numa sala do Pedagogium, na Rua do Passeio, em 20 de julho de 1897.

CADEIRA	PATRONOS	FUNDADORES	MEMBROS EFETIVOS
01	Adelino Fontoura	Luís Murat	Ana Maria Machado
02	Álvares de Azevedo	Coelho Neto	Tarcísio Padilha
03	Artur de Oliveira	Filinto de Almeida	Carlos Heitor Cony
04	Basilio da Gama	Aluísio Azevedo	Carlos Nejar
05	Bernardo Guimarães	Raimundo Correia	José Murilo de Carvalho
06	Casimiro de Abreu	Teixeira de Melo	Cícero Sandroni
07	Castro Alves	Valentim Magalhães	Nelson Pereira dos Santos
08	Cláudio Manuel da Costa	Alberto de Oliveira	Cleonice Serôa da Motta Berardinelli
09	Domingos Gonçalves de Magalhães	Magalhães de Azeredo	Alberto da Costa e Silva
10	Evaristo da Veiga	Rui Barbosa	Lêdo Ivo
11	Fagundes Varela	Lúcio de Mendonça	Helio Jaguaribe
12	França Júnior	Urbano Duarte	Alfredo Bosi
13	Francisco Otaviano	Visconde de Taunay	Sergio Paulo Rouanet
14	Franklin Távora	Clóvis Beviláqua	Celso Lafer
15	Gonçalves Dias	Olavo Bilac	Pe. Fernando Bastos de Ávila
16	Gregório de Matos	Araripe Júnior	Lygia Fagundes Telles
17	Hipólito da Costa	Silvio Romero	Affonso Arinos de Mello Franco
18	João Francisco Lisboa	José Veríssimo	Arnaldo Niskier
19	Joaquim Caetano	Alcindo Guanabara	Antonio Carlos Secchin
20	Joaquim Manuel de Macedo	Salvador de Mendonça	Murilo Melo Filho
21	Joaquim Serra	José do Patrocínio	Paulo Coelho
22	José Bonifácio, o Moço	Medeiros e Albuquerque	Ivo Pitanguy
23	José de Alencar	Machado de Assis	Luiz Paulo Horta
24	Júlio Ribeiro	Garcia Redondo	Sábato Magaldi
25	Junqueira Freire	Barão de Loreto	Alberto Venancio Filho
26	Laurindo Rabelo	Guimarães Passos	Marcos Vinícios Vilaça
27	Maciel Monteiro	Joaquim Nabuco	Eduardo Portella
28	Manuel Antônio de Almeida	Inglês de Sousa	Domício Proença Filho
29	Martins Pena	Artur Azevedo	Geraldo Holanda Cavalcanti
30	Pardal Mallet	Pedro Rabelo	Nélida Piñon
31	Pedro Luís	Luís Guimarães Júnior	Moacyr Scliar
32	Araújo Porto-Alegre	Carlos de Laet	Ariano Suassuna
33	Raul Pompéia	Domício da Gama	Evanildo Bechara
34	Sousa Caldas	J.M. Pereira da Silva	João Ubaldo Ribeiro
35	Tavares Bastos	Rodrigo Octavio	Candido Mendes de Almeida
36	Teófilo Dias	Afonso Celso	João de Scantimburgo
37	Tomás Antônio Gonzaga	Silva Ramos	Ivan Junqueira
38	Tobias Barreto	Graça Aranha	José Sarney
39	F.A. de Varnhagen	Oliveira Lima	Marco Maciel
40	Visconde do Rio Branco	Eduardo Prado	Evaristo de Moraes Filho

Petit Trianon – Doado pelo governo francês em 1923.
Sede da Academia Brasileira de Letras,
Av. Presidente Wilson, 203
Castelo – Rio de Janeiro – RJ





COMPOSTO EM MONOTYPE CENTAUR 12/16 PT.

